

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E NOVE DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO**

No dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a primeira sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2-Parque Industrial de Taveiro - III fase;

Ponto 3-Concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Prof. Dr. Pedro Dias;

Ponto 4-Regulamento do Museu Municipal;

Ponto 5-Conselho Municipal de Segurança - alterações ao Regulamento;

Ponto 6-Declaração de Interesse Público Municipal - Modernização da Linha do Norte -passagens superiores no concelho de Coimbra;

Ponto 7-Comissão Arbitral Municipal de Coimbra - Relatório;

Ponto 8-Definição do domínio público e privado do Município no Polo I da Universidade de Coimbra;

Ponto 9-Cedência de uma parcela de terreno destinada a equipamento à Sol-Eiras – Associação de Solidariedade e Cultural;

Ponto 10-Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno à Associação Ornotologica;

Ponto 11-Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno em Cernache;

Ponto 12-Águas Mondego.SA:

"Empreitada de execução do Sistema Adutor da Boavista - sector sul" - declaração de interesse público;

"Empreitada de execução do Complexo da Boavista e Extensão ao sector nascente lote B" - declaração de interesse público.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Fausto António Santos, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José Batista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena Brandão Moura Ramos, José Manuel Oliveira Alves e Paulo da Cunha Almeida.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Fernandes Borges, José Manuel Rodrigues Passeiro, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Marques Murta, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João

Oliveira Torres Pardal, Vladimiro Anselmo Fernandes Santos, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

António Reis Marques, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria Ângela Duarte Pinto Correia, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, José Manuel Ferreira da Silva, Maria do Carmo Correia Santos, Luís Santarino Fernandes e Filipe Regêncio Figueiredo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente e José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, e José Miguel Pacheco Gonçalves

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Catarina Isabel Caldeira Martins e Maria Manuela Nobre Rodrigues

Independente

Maria Reina Martin Pimpão

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Mário Mendes Nunes, Álvaro Santos Carvalho Seco e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, que foi secretariado por Maria Ângela Duarte Pinto Correia, como Primeiro Secretário e Margarida Rodrigues Viegas, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e quinze minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Deputado municipal António Alberto Maló de Abreu pediu a suspensão do mandato pelo período de 90 dias com início a 31 de último;
- Deputado municipal Carlos Alberto Nunes da Silva pelo período de 10 dias com início a 25 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir na lista e disponíveis, pelo partido pelo qual foram eleitos (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis os leitos: José Manuel Oliveira Alves e Fausto António Santos.

-Deputado municipal João André Braz Tralhão pelo período de 10 dias com início a 25 de Fevereiro;

-Deputado municipal José Augusto Brito Xavier pelo período de 10 dias com início a 27 de Fevereiro;

-Deputado municipal Abílio Vassalo Abreu pelo período de 8 dias com início a 28 de Fevereiro;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos Partido Socialista, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, , tendo-se mostrado disponíveis os leitos Maria do Carmo Correia dos Santos, Luís Santarino Fernandes e Filipe Regêncio Figueiredo.

-Deputado municipal Serafim José dos Santos Duarte pelo período de 10 dias com início a 20 de Fevereiro;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (Bloco de Esquerda) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Stº António dos Olivais, Ceira e Taveiro apresentaram à Mesa da Assembleia Municipal documentação no sentido de serem substituídos por elementos dos Executivos das Juntas, respectivamente - José Marques Murta, José Fernandes Borges e Vladimiro Anselmo Fernandes Santos

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à munícipe-
Graça Santos

A munícipe Graça Santos é proprietária de um pequeno estabelecimento de restauração, situado na Rua Velha da Baixa de Coimbra, do qual o senhorio é a Câmara Municipal de Coimbra.

Neste sentido veio apresentar o seu problema, de já ter sido assaltada dez vezes, nove por arrombamento, uma de cara-a-cara.

Os furtos no seu estabelecimento devem-se ao facto, de no edifício contíguo, também propriedade da Câmara Municipal, andarem obras e cujos andaimes e taipais, tornam aquela zona muito escondida e um beco sem saída.

De todas as vezes que é assaltada a Sra. D. Graça Santos vai à Policia apresentar queixa e a Câmara e a Junta de Freguesia tomam conhecimento, a Junta de Freguesia além de me apoiar já não pode fazer mais nada, porque eu pago a renda não é à Junta de Freguesia mas sim à Câmara Municipal de Coimbra.

Por isso, acha que é de uma grande injustiça, um prédio que está completamente degradado, onde já se disponibilizou a resolver o problema.

A Câmara exige aos particular as suas responsabilidades, e neste caso quem é responsável é a Câmara, por isso, tem de assumir as suas responsabilidades. Acrescentou ainda que o assunto tem de ser resolvido, e a maneira que encontrou foi de vir a esta Assembleia expôr este problema para ver se resolvem de uma vez por todas o jogo de empurra, mostrando-se disponível para encontrar uma solução para o problema.

Período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu

"O que a munícipe veio aqui dizer não é novo, é um facto que vem ocorrendo na Baixa de Coimbra, e efectivamente como a senhora disse, e disse-o muito bem, nós sentimo-nos também impotentes para fazer mais do que temos feito.

A munícipe tem toda a razão porque não compreendo sinceramente depois de alguns ofícios enviados a este Câmara, falei inclusivé com um engenheiro da obra, para se colocar um portão para evitar o acesso de intrusos ao local.

Para as pessoas que não conhecem estamos a referir-nos a uma obra da Câmara Municipal de Coimbra situada na Travessa da Rua Velha, que está há anos escorada com ferros, agora começaram a retomar os trabalhos.

Nós chamamos a atenção, e aqui com toda a lisura temos que dizer que os órgãos da comunicação social nesta matéria, também têm dado o seu contributo.

A munícipe tem razão, porque ela dirige-se às pessoas com a responsabilidade da obra e chutam para canto em relação a esta questão.

Não pode ser Sr. Presidente, que V. Exa. tem os seus departamentos, e tem de exigir deles responsabilidades. O Sr. vereador da Habitação Social também tem responsabilidades, e alguém as tem que assumir, porque aqui não é um caso político, não é um caso de voto, aqui é um problema social, um problema de trabalho.

Apelava ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. vereador da Habitação que não descorem este problema, porque este problema é grave, e pode trazer graves consequências às pessoas que ali estão.

O prédio onde se situa o café da D. Graça é, de facto, um prédio que a Câmara adquiriu, mas também é um facto que quando as pessoas se dirigem aos departamentos têm respostas como aquela que ela aqui citou... palavras para quê?

Peço a vossa atenção, ao problema desta e de outros municípios, na Baixa de Coimbra."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Tomei agora conhecimento que o Sr. Dr. Maló de Abreu pediu suspensão do seu mandato, e fê-lo segundo ele, pelo facto de ter anunciado a sua candidatura às próximas eleições da A.A.C.

Quero de facto aplaudir esta atitude em nome da ética, dos valores, o futebol e a política têm os seus lugares próprios, são lugares que efectivamente são diferentes. Em meu nome pessoal, quero aplaudir e subscrever a atitude do Sr. Dr. Maló de Abreu. De facto futebol é futebol, política é política.

Efectivamente à intervenção que eu aqui gostaria de referir, por vezes passamos aqui horas a fio, a falar muito do que pouco interessa.

Fala-se aqui muito, do que não se sabe, e discutem-se coisas que não cabem sequer no âmbito da nossa competência.

E do que devíamos saber e é da nossa competência, desta Assembleia, nem uma só palavra.

Somos capazes de levar uma tarde inteira a falar do Metro, do Hospital Pediátrico ou da co-incineração, etc. Mas não fazemos aqui um debate sério e aprofundado, por exemplo sobre a execução orçamental, sobre o cumprimento do Plano de Actividades, sobre a revisão do PDM, sobre a criação de emprego na área do Município, da instalação de novas empresas, etc.

Estamos sempre obsecados em fazer política, em fazer oposição ao Governo central, esquecendo que fomos eleitos para fiscalizar o governo local.

Andamos aqui entretidos no jogo da ilusão de fazer oposição ao governo da nação, para se conseguir uma notícia no jornal no dia seguinte, para que possa dar mais um voto aos partidos da maioria, construindo-se enredos ou pedindo-se a cabeça deste ou daquele responsável político.

E no entanto, é nossa obrigação, em primeiro, fiscalizar e acompanhar a actividade da Câmara Municipal.

Tudo isto a meu ver não prestigia esta Casa, esta Assembleia, nem a Democracia.

Vem isto a propósito porque andam agora aí, nos jornais dois senhores vereadores, um da Maioria, outro do Partido Socialista, divergindo sobre a real dívida da Câmara. Para o primeiro a questão é de matemática, para o segundo, a questão reside que a dívida da “Águas de Coimbra”, deve ser também considerada, dívida da Câmara.

Nós deputados temos a obrigação de conhecermos a real dívida da Câmara e o seu plano de amortização, esta é que é a questão que importa, e esta é que nós temos a obrigação que efectivamente conhecer.

Vem isto a propósito de, eu pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para convocar uma Assembleia extraordinária, dando o Senhor Presidente da Câmara a autorização para que nesse debate de forma efectiva o Sr. vereador Dr. Marcelo Nuno e o Sr. vereador Victor Batista participem de forma activa nesta Assembleia e nesse debate, para que nós deputados e esta Assembleia possam conhecer a real dívida da Câmara, toda a sua situação financeira, e os seus planos de amortização em fase também dos empréstimos para o efeito contraídos. "

Neste sentido o deputado José Manuel Ferreira da Silva apresentou à Mesa a seguinte proposta:

"Requer-se o funcionamento desta Assembleia Municipal, para reunião e debate sobre a real situação financeira da Câmara, com uma mais dúvidas, incluindo a de Empresa Municipal “Águas de Coimbra”, o seu plano de amortização, empréstimos e capacidade de endividamento com a presença do Senhor Presidente da Câmara e autorização deste para a participação efectiva em tal debate do Sr. vereador Dr. Marcelo Nuno e o vereador Dr. Victor Batista.

Posto à votação a Assembleia Municipal reprovou este pedido, com 27 votos contra, 18 votos a favor e 11 abstenções.

Intervenção do Presidente da Câmara - resposta à munícipe:

"No fundo o que eu queria dizer à Sra. Munícipe era o que eu já disse a esta Assembleia na última vez que fui confrontado com esta questão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Como a senhora sabe a obra que está a ser feita, é uma obra que destina a um Centro de noite. Essa obra tem tido problemas ao longo do tempo, problemas que têm a ver com as questões de explorações arqueológica, que levaram a obra a um período de execução muito grande, eu próprio dei conhecimento à Câmara do preço em que nos ficou a obra em função sobre os custos relativos à exploração arqueológica e a alteração do projecto. Ficamos inclusivamente ameaçados de não ter a contrapartida de fundos que nos apoiavam por causa da demora da obra.

Mas depois desse problema vencido, surgiu uma outra questão, que teve a ver com as fundações, o terreno em que está construída, toda aquela zona é um terreno de areias, sem estabilidade, e portanto tivemos que resolver uma outra solução para estabilizar aquela intervenção que foi feita. Sabem quem gere a obra é o Centro Histórico, Director é o Eng.º Sidónio Simões, na última vez foi colocado aqui na Assembleia a possibilidade de ser feita uma outra intervenção no sentido de poder passar-se com mais facilidade para a zona onde está.

O Director do Centro Histórico entende, que não pode fazer alteração ao percurso nem à facilidade de facilitação do percurso sob pena de nós causarmos um perigo real gravíssimo a quem por ali circula.

Portanto do ponto de vista técnico, não há outra solução em relação à intervenção naquele local.

Ainda à pouco falei com o Eng.º Sidónio porque me preocupa também, ele disse-me que está a começar a betonar a primeira laje, e que a partir do momento em que consiga betonar a segunda laje, então já pode aliviar os mecanismos de sustentação da fachada, e então já tem possibilidade de avançar com uma solução diferente para o seu acesso.

É esta a situação que lhe queria transmitir, só quero que compreenda o que está a acontecer, não é por qualquer razão, nem muito menos contra si, ou causar-lhe qualquer prejuízo, é porque do ponto de vista da intervenção da obra e das condições de segurança, não temos outra forma de a fazer.

O que a senhora pode ter com toda a legitimidade em colocar e a Câmara tem de apreciar, é, se houve algum prejuízo infligido à sua exploração que a Câmara deva reparar em quanto tal. Isso estou aberto para considerar.

Portanto, penso que desta maneira, é a única forma de nós podermos entendermos quanto a isto... É uma questão que nós podemos na altura própria e quando quiser com o Gabinete Jurídico da Câmara e com o Centro Histórico podemos apreciar qual é a sua situação, qual é a sua petição, e o que é que temos que assumir da responsabilidade em relação a isso.

Agora a questão que foi colocada que era outra, que era a questão do acesso que foi colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, numa das últimas intervenções na Câmara Municipal, é esta resposta que lhe dei, e que continuo a dar-lhe agora."

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

"Queria também deixar aqui uma palavra ao Dr. Maló de Abreu.

Subscrevo as palavras anteriores, efectivamente temos que fazer distinções entre política e outros mundos. E quero também dizer que apesar de não estarmos, neste momento, na mesma bancada sempre tive excelentes relações

com o Dr. Maló, sem desprestígio ou desmérito para quem o está a substituir nesta Assembleia pelas suas intervenções, pela forma como as conduzia. Vai ficar certamente mais pobre sem desmérito obviamente para quem segue.

Colocado isto, sou um bocado teimosa e costumo sempre colocar e insistir, e acho que “*água mole em pedra dura tanto dá até que fura*” e portanto, acredito que desta vez, não vou sair daqui sem respostas.

Confesso que quando olhei para a ordem de trabalhos, até pensei que o Sr. Prof. Dr. Manuel Porto, Presidente desta Assembleia, se tinha enganado, porque nos estava a colocar intervenções do Sr. Presidente da Câmara, quando nas últimas duas sessões o Sr. Presidente da Câmara nada tem dito! Mas vejo que hoje já respondeu a um munícipe, e portanto também nos irá responder a nós.

Isto Sr. Presidente, não entenda que a água sou eu, ou a pedra é o Senhor, ou vise versa, é apenas porque eu gosto de insistir.

Lamento dizer Sr. Presidente que o Sr. chamou a si, dois pelouros. Dois pelouros da maior importância para esta Cidade como para qualquer uma, mas, para Coimbra. O pelouro do Ambiente e o pelouro da Educação.

Lamento também dizer-lhe Sr. Presidente, que efectivamente nestes dois pelouros, o Senhor tem sido uma desilusão. Não tanto para mim obviamente, porque ao longo dos tempo me fui apercebendo de como funcionam as coisas, mas essencialmente para os munícipes, não só aqueles que votaram em si, mas como aqueles que mesmo não tendo votado certamente acreditariam que, a bem do Município algo se faria nestas áreas, e um dos seus pelouros é, a Educação. Efectivamente Sr. Presidente, o que é que se tem feito em termos de educação? O instrumento do planeamento mais valioso, nós não o temos, li que somos o único no País que não o temos, e mesmo que fossemos o único do distrito era uma vergonha, porque nós somos a Capital do Distrito, nós queremos ser, a Capital da Região Centro.

Espero por respeito a esta Assembleia e acima de tudo por respeito aos munícipes de Coimbra, nos diga de uma vez por todas, qual é a situação da Carta Educativa, e nos esclareça também se nestas idas e voltas nestas reformulações isto tem alguns custos, até porque estamos todos muito preocupados com a questão dos custos como já vimos.

Em relação ao Ambiente bom, Sr. Presidente tenho que lhe dizer, que a inércia e a ineficácia são totais.

Souselas, bom, todas as medidas que temos tomado, são medidas que eu diria para a fotografia, são verbo de encher, podemos classifica-las.

Fizemos uma postura municipal, temo-la aqui, o Sr. sabia, eu sabia, e alguns presentes também o sabíamos que efectivamente ela não tinha eficácia nenhuma, que era apenas mais algum tempo para ganhar tempo.

Mas o Sr. irá dizer que a questão de Souselas tem o seu empenho, que a questão de Souselas é um problema do Governo. Muito bem. Então vejamos em termos de ambiente, não sou eu, que o digo é o Provedor do Ambiente, alguém que não tem qualquer suspeita sobre aquilo que diz.

Parece-nos que em tempo se fez uma carta sobre os pontos de poluição desta cidade.

Segundo o Sr. Provedor do Ambiente, esses pontos de poluição da cidade foram entregues aos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, é verdade que eu também cá estou e estava entregada numa bancada, eu não tive conhecimento, culpa minha porque eu deveria ter tido, foram entretanto

entregues ao Sr. Presidente. Segundo o Sr. Provedor do Ambiente é uma situação tão ou mais preocupante que a questão da poluição de Souselas, e esta Sr. Presidente não depende do Governo, esta depende da vontade política do empenho da autarquia. Espero que o Sr. também nos diga o que pensa fazer com esta carta que precisa de outro tratamento.

Sei que a decisão política de fecharmos a ECOVIA, foi o princípio de um somatório de erros de política de tráfico que estamos a construir, mas o município de Coimbra, merece, porque o Sr. chamou a si este pelouro também sendo uma das suas grandes bandeiras, e porque foi porque me lembro que estive na sua campanha, e não o nego onde estive, que nos batemos pelo ambiente, eu espero efectivamente que nos dê hoje uma resposta.

Por último, esta questão também dirigida ao Sr. Presidente da Câmara, gostava de saber, e que nos esclarece-se de alguma forma esta confusão generalizada que tenta água tem mentido e que me parece que são bastante turvas, podendo inclusive inundar, porque é o que acontece à cidade quando chove meia hora e nos esquecemos de fazer a respectiva limpeza. Mas dizia-lhe que esta confusão generalizada entre “Águas de Coimbra”, “Águas do Mondego”, não será que algo escapou e algo deveria ter vindo a esta Assembleia Municipal. Gostaríamos apenas de conhecer, sem levantar nenhuma suspeita *a priori* sobre nada, mas penso que como deputados municipais também devemos ser esclarecidos.

Por último deixava duas questões, e que as vou dirigir a dois dos seus vereadores, um não o posso fazer, por não estar presente, mas creio que o Sr. Presidente ou responderá por ele, ou lhe transmitirá a minha pergunta, espero que não a resposta só a pergunta.

Começava pelo Sr. Vice Presidente da Câmara, o Sr. Eng.º João Rebelo.

Penso que durante três Assembleias consecutivas, nós tentamos aqui falar de um problema, votar, nunca se percebeu muito bem, que é a desafetação do domínio público municipal da parcela do terreno da Lomba do Chão do Bispo.

Gostaria de saber, se este problema já foi solucionado, gostaríamos de saber, se ele vai voltar à Assembleia Municipal, gostaríamos de saber, se encontrou outra formula que tenha de alguma forma ido contra aquilo que era no momento a vontade da maioria desta Assembleia, por isso é que ela não passou. Por último e de uma forma muito rápida, para o Sr. vereador Luís Previdência que não está mas está o Sr. Presidente da Câmara.

Li que um técnico da Câmara Municipal de Coimbra, do pelouro do desporto, esteve em greve de fome. Não vou aqui analisar obviamente as questões pessoais, que se tenham estabelecido, mas segundo o que apurei esta questão passava pela tentativa, ou pelo início, segundo esse técnico e as declarações que li, de começarmos lentamente entregar a gestão do desporto e das piscinas de Coimbra a uma Empresa.

Queria saber, porque sou democrata cristã, porque me rege por uns princípios de uma carta democrata cristã, tal como o vereador Luís Previdência, penso que ainda é vereador do CDS, queria saber, porque é contra os nossos princípios, se nós na área do desporto estamos efectivamente a municipalizar, e se vamos criar mais uma empresa municipal, porque este não é o princípio que nós temos.

Como hoje, só daqui a 4 anos é que voltamos a ter o 29 de Fevereiro, espero Sr. Presidente que não espere 4 anos, até porque podemos não estar cá os dois, obviamente e que hoje me responda."

Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):

"A questão que me trás aqui, é quase uma questão recorrente mas refere-se às questões da Educação, e mais especificamente à questão da Carta Educativa.

A problemática em torno da Carta Educativa de Coimbra continua na ordem do dia. A CDU, em diversas sessões desta Assembleia tem, sobre esta matéria, procurado esclarecimentos junto do vereador da Educação, alertou diversas vezes para as consequências dos atrasos na elaboração e aprovação deste instrumento fundamental para a reestruturação da rede escolar do concelho e do qual depende, no âmbito do QREN, o financiamento de projectos de construção, requalificação, ampliação equipamentos e outros.

Na sessão de Dezembro de 2007, a CDU, mais uma vez, tentou, junto do Sr. vereador da Educação, Dr. Carlos Encarnação, esclarecer o ponto de situação da Carta Educativa, colocando questões, tendo até em conta, a troca de "acusações" entre a Câmara Municipal e a DREC que à data vieram a público. Não obtivemos resposta, como devem estar lembrados, com a justificação do adiantado da hora e da existência de outras matérias a tratar... É por isso vou ser o mais objectiva possível, referindo apenas os aspectos essenciais, sob pena de descorar alguns pormenores mas, irei dar o meu contributo para dar tempo de resposta ao Sr. vereador da Educação, espero eu também como a Sra deputada que me antecedeu aja respostas.

No início de Janeiro o Dr. Oliveira Alves fez chegar à CDU um memorando sobre os passos e os momentos das reuniões entre a DREC e a Câmara Municipal. Após a análise dos mesmos entendeu o Grupo Municipal da CDU solicitar uma reunião à Sra. Directora Regional por entendemos ser pertinente à análise da situação ouvir as duas partes para melhor avaliarmos de equitativamente a situação.

E, para que se perceba o contexto da abordagem que hoje aqui trazemos, torna-se pertinente referir que, a situação que nos importava analisar e avaliar, era a dos motivos que estariam a impedir a existência da Carta Educativa do Concelho de Coimbra.

E na base dos motivos destacamos dois – os políticos e os operacionais.

No que respeita aos primeiros ficou claro que existem divergências não no plano dos princípios mas sim no plano dos modelos:

1. O princípio que subjaz ao reordenamento da rede escolar é o mesmo: encerramento de escolas, concentração de alunos por níveis de ensino.

2. Os modelos diferem:

-A DREC, na clara aplicação das medidas emanadas pelo Ministério da Educação, no cumprimento das regras de política educativa deste Governo PS, baseia o reordenamento da rede no encerramento de todas as escolas do 1º ciclo com menos de 20 alunos, na existência de espaços diferenciados para o cumprimento da escola a tempo inteiro, aposta nos Centros Escolares com 1º ciclo e pré – escolar como opção primeira mas prevê também outras opções de reagrupamento de ciclos de ensino na lógica da rentabilização de recursos físicos e humanos;

-A Câmara de Coimbra, com base na Carta Educativa que apresentou, previa na altura o encerramento de 17 escolas da periferia da cidade transferindo-os para EB1/2 mais próximas, e, na zona urbana, segue o mesmo princípio, transfere os alunos do 1º ciclo para as EB1/3, transformando-as em EB1/2 e transferindo os

alunos do 3º ciclo para as secundárias, numa lógica também de concentração de alunos e de gestão dos espaços físicos.

Daí concluímos que o epicentro da divergência está nos modelos, uma vez que os princípios políticos são os mesmos, que quer um quer outro não tem o abalo da CDU desde logo pela defesa de serviços de proximidade, neste caso as escolas, apostamos na requalificação das mesmas e na oportunidade de condições de funcionamento que permitam espaços para o serviço de refeições e outras actividades como as extra – curriculares e de ocupação de tempos livres.

Do ponto de vista operacional as responsabilidades na Câmara de Coimbra e no Pelouro da Educação por terem descorado a reformulação da Carta Educativa tendo em conta em conta que a mesma veio a esta Assembleia em Dezembro de 2006, obteve resposta da DREC a 3 de Janeiro de 2007, em Março de 2007 recebe novo ofício da DREC, só em Julho esta autarquia reúne com o Ministério da Educação e só a partir de Outubro de 2007 se iniciam um conjunto de reuniões com a DREC.

Ou seja no entender da CDU, desde Janeiro de 2007, que deveria ter sido reiniciado o processo da reformulação da Carta Educativa e o cumprimento dos passos essenciais – discussão no Conselho Municipal de Educação, envolvimento da comunidade educativa por via da discussão pública do documento, a inoperância e a incapacidade de ultrapassar as dificuldades estão bem expressas em ofícios, resposta que a DREC enviou a esta autarquia e que nos forneceu e do qual temos conhecimento. Daí podermos fazer esta análise.

De tudo o que analisamos e ponderámos onde se inclui as discussões nesta Assembleia, a Reunião na DREC, os documentos facultados quer pelo Departamento de Educação desta autarquia quer pelos ofícios da DREC de respostas e informações sobre a carta Educativa queremos deixar aqui hoje vincado:

1. A CDU não pode aceitar que o vereador da Educação renegue o Pelouro que assumiu deixando todo o processo de negociação/reuniões com a DREC nas mãos dos técnicos. Por muita competência que os mesmos tenham a matéria exige decisões políticas da responsabilidade exclusiva do vereador; (o que justifica as ausências das diversas reuniões que decorreram?);
2. A CDU responsabiliza a Câmara de Coimbra pela ausência de estratégias e opções políticas a nível da educação para o concelho permitindo assim deixar campo aberto para que as políticas formato único do Ministério da Educação e deste Governo sejam implementadas por ausências de alternativas sustentadas;
3. A inexistência de uma Carta Educativa inviabilizada o recurso ao financiamento do QREN para a reestruturação da rede escolar e para a requalificação e melhoramento das escolas e irá facilitar o encerramento de mais escolas no próximo ano lectivo;
4. Falando em encerramento a CDU deixa desde já o alerta para o propósito da continuidade destas políticas ao que se refere ao encerramento de escolas do 1º ciclo e jardins de infância, propósito anunciado na semana passada em Viseu pela Sra. Directora Regional, referindo que a partir de Março iria ser iniciado o trabalho de negociação com as autarquias. A CDU espera que o Sr. vereador da Educação, Dr. Carlos Encarnação, se envolva directamente neste processo, não se escuse às responsabilidades pois, no nosso entender, não basta dizer urge fazer, não basta contestar as políticas há que combatê-las com outras soluções. Tem agora oportunidade de o fazer.

Dr. Carlos Encarnação:

-Já o ouvimos aqui afirmar por diversas vezes que não concorda com as opções de política educativa deste Governo, a CDU também não;

-Tem referido na comunicação social, não concordar com a desertificação das freguesias vizinhas (a CDU também não) e, citando um excerto do documento que fez chegar à CDU, o Pelouro de Educação desta autarquia, em que na parte final do documento se diz mas transcrevi, o princípio diz como conclusão de toda esta fase negocial com a DREC, “o princípio reiteradamente defendido pelo município mantém as crianças nas suas comunidades de origem em vez de, diariamente, terem de ser transportadas para outros destinos, onde têm laços culturais, sociais familiares não menos importantes que um discutível benefício ao nível da melhoria das aprendizagens, merecendo particular atenção as escolas com menos de 20 alunos que no ano lectivo anterior foram sinalizadas para suspensão”;

-Não tendo sido esta a filosofia que esteve na base da elaboração da Carta educativa de Coimbra, apresentada a esta Assembleia em Dezembro de 2006, transparece destas declarações e posições uma mudança que consideramos positiva se a mesma não passas de teoria.

Tendo em conta o que anteriormente referimos e cruzando com estas considerações finais a CDU entende como essencial e pertinente na defesa dos interesses das crianças e populações do concelho de Coimbra que:

-com urgência se definam estratégias e linhas de orientação de política educativa do concelho esplanadas numa nova Carta Educativa;

-não se permita o encerramento uma única escola do 1º ciclo deste concelho enquanto não forem criadas alternativas de qualidade cumprindo e assumindo as posições recentes de V.Exª no combate à desertificação das freguesias e ao afastamento dos alunos das suas áreas de residência.

A CDU continuará estar atenta às ofensivas deste Governo na área da reorganização da rede escolar mas também na teoria expressa em opiniões e posições desta autarquia e do vereador da Educação."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

"Em relação à Junta de Freguesia de Almalaguês, queria abordar aqui dois assuntos muito concretos:

Um é para reafirmar que na freguesia de Almalaguês, estamos ainda a trabalhar e a desenvolver questões que têm a ver com princípios básicos de desenvolvimento local, como água, saneamento, transporte e acessibilidades. Portanto, não estamos como a grande maioria das freguesias de Coimbra num patamar de desenvolvimento mais elevado. Isso só por si justifica as duas intervenções que queria fazer aqui.

A primeira é para agradecer à Câmara Municipal de Coimbra e aos SMTUC a amabilidade que tiveram de ceder um autocarro, para podermos levar os idosos a Fátima. Parece mesquinho, mas uma freguesia como Almalaguês em que este governo teve a amabilidade de nos cortar mais três mil euros, no fundo de financiamento de freguesias, e que temos os patamares de desenvolvimento, no fundo, do concelho de Coimbra. Estes pequenos gestos são extremamente importantes porque nós, em termos de orçamento não temos verba, não temos condições para estas pequenas acções.

A outra questão refere-se ao traçado do IC3, entre Coimbra e Tomar.

Tivemos uma reunião na CCRC na passada quarta feira, e está em discussão pública, o estudo do projecto de impacto ambiental deste traçado.

Tive a oportunidade de questionar os técnicos presentes, à cerca da abertura ou não, do nó de ligação entre o traçado do IC3 previsto e a A1 em Condeixa, e foi-me confirmado pelos técnicos das Estradas de Portugal, que o nó situado na Freguesia de Almalaguês, não iria ser aberto ao trânsito local.

Queria deixar aqui de forma muito clara, e de forma muito vincada, as opções da freguesia de Almalaguês e uma freguesia que irá ser totalmente atravessada pelo traçado, uma freguesia cuja as acessibilidades em relação a Coimbra ou em relação a A1, são aquelas que conhecemos, uma freguesia em que as dificuldades de transportes são aquelas que vos tenho tido a oportunidade de falar, tem obrigatoriamente que ter entrada naquele nó ao trânsito local e a possibilidade de ficar a dois passos de Coimbra que é aquilo que nós na prática não estamos.

Avaliamos também, nomeadamente a Junta de Freguesia de Torres do Mondego, Ceira e a freguesia de Lamas, com a Câmara Municipal Miranda, a de Pombal a possibilidade de pressionarmos no sentido de que a opção a desenvolver em termos de traçado, seja a opção mais a nascente que é efectivamente aquela mais certa.

Nós iremos apresentar um documento de sugestão no sentido de que essas soluções mais benéficas para estes concelhos e para estas freguesias sejam tidas em conta e contaremos brevemente de voltar aqui e ter o vosso apoio nesta nossa pretensão."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Não é a primeira vez que o BE toma a palavra nesta Assembleia para dar voz, de forma muito clara e explicita, à sua oposição ao processo de co-incineração. Inclusivamente, fomos mais longe do que os restantes partidos que, nesta Câmara, partilham da mesma posição. Não somente porque, procurando ultrapassar argumentos de "quintal," propusemos a contribuição de Coimbra para a resolução, a nível nacional, do problema do tratamento de resíduos, em particular dos resíduos industriais perigosos, sugerindo que esta Assembleia Municipal reivindicasse a instalação em Coimbra de um CIVER.

Mas também porque denunciámos como francamente insuficiente a estratégia exclusivamente jurídica do Senhor Presidente da Câmara, com a qual não obstante, colaborámos, aprovando, neste órgão, a postura municipal de trânsito em Souselas. O anúncio do início da queima de RIP na cimenteira de Souselas – que podemos classificar de trágico- veio dar-nos razão neste último ponto e deve ser assumido pelo Presidente da Câmara como uma derrota política e pessoal.

É estranho que só agora o Dr. Carlos Encarnação recorra à denúncia forte, que há muito o BE fazia, de que a co-incineração se deve, primordialmente, a um grande negócio que o governo quer servir de bandeja às cimenteiras, com gravíssimos prejuízos para a saúde das populações, as quais são assim, também elas, vendidas. Este argumento, juntamente com outros mais poderosos, como, exactamente, os prejuízos avultados para a saúde pública do processo de co-incineração, documentados por numerosos estudos nacionais e internacionais, bem como a existência de soluções, sobretudo a montante, para o tratamento de RIPS, como sejam a redução da própria produção de resíduos industriais e a valorização de grande parte destes nos CIRVER - estes argumentos, dizia,

deviam ter sido protagonistas numa acção de esclarecimento e de mobilização da opinião pública nacional e das populações locais, não somente de Souselas, mas de todo o município de Coimbra e municípios vizinhos, também eles afectados, no âmbito de uma estratégia de mobilização o mais ampla possível. Não foi esta, porém a opção do Presidente da Câmara e do PSD, que optou, numa concertação entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Souselas, exclusivamente por uma intervenção no for jurídico, ineficaz nos seus efeitos práticos, preferindo silenciar e neutralizar a mobilização popular. Valerá a pena recordar apenas a infeliz intervenção do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Souselas, quando da apresentação, pelo então Presidente da ARS-Centro, Fernando Regateiro, de estudos epidemiológicos relativos à freguesia, datados de 2005, os quais, já então, demonstravam os efeitos da poluição da cimenteira, agora potenciados pela co-incineração. Na altura, preocupando-se mais em abafar qualquer reacção mais crítica por parte da população presente do que relacionar o défice de saúde pública com a luta contra a co-incineração, amplificando a contestação popular, o Presidente da Junta de Freguesia, do PSD, lamentavelmente, assumiu uma posição ambígua e titubeante, limitou-se a reivindicar mais um médico para o Centro de Saúde local, como se tal servisse de solução para o problema com que Coimbra estava- e está cada vez mais -confrontada. Só agora o Senhor Presidente da Junta parece acordar do seu entorpecimento. É de louvar a sua reacção imediata ao anúncio da queima de resíduos, solicitando à Cimpor os devidos esclarecimentos quanto ao que estaria a acontecer de um modo quase clandestino. A exigência de absoluta transparência e de controlo rigoroso do processo de co-incineração, cujo desencadear revela, a este respeito, os piores auspícios, é, aliás, algo que deve e tem de prevalecer na posição a adoptar pelos órgãos autárquicos, inclusivamente por esta Assembleia.

Insiste agora o Senhor Presidente da Câmara numa acção judicial e somente numa acção judicial, apesar de as iniciativas anteriores de foro semelhante, se terem revelado inúteis. É claro que este tipo de intervenção produzirá efeitos de cunho político, no sentido de estratégias de promoção pessoal, decorrentes do protagonismo exclusivo na oposição à co-incineração e ao governo que Carlos Encarnação pretende assumir e que, em caso de derrota, funcionará ainda como mais um argumento da sua habitual estratégia de vitimização em relação ao governo, com a qual pretende capitalizar o voto popular. Desta forma, em caso de vitória, como de derrota, Carlos Encarnação retirará sempre dividendos políticos do processo. E assim se explica o seu medo da mobilização popular.

Que fique claro: são necessárias as acções judiciais, no âmbito de um combate que deve desenrolar-se em todas as frentes possíveis. O BE dar-lhe-á o seu apoio, como tem feito até aqui. Contudo, só a mobilização de toda a população de Souselas, da cidade de Coimbra e dos municípios limítrofes, envolvendo as associações cívicas e de defesa do ambiente, grupos de cidadãos e forças políticas, articulando a nível nacional e em particular com a população de Outão, poderá encontrar as melhores formas de resistir e opor uma alternativa à política do governo. Estamos disponíveis para essa luta. E a Câmara?"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"Queria fazer um pequeno reparo, mas na positiva. A actividade que a Câmara Municipal de Coimbra entendeu divulgar, as exposições. O processo que

entenderam que as juntas de freguesias tinham para divulgar as suas próprias juntas, acho que o fizeram muitíssimo bem. O espaço é o ideal para ser divulgado, o que temos que entender é que à dimensão que esta exposição tem, trás sempre gastos, custos. Nós, Junta de Freguesia de Brasfemes fizemos um trabalho de levantamento muito grande, foi preciso investir muito dinheiro, mas para a cultura, para a freguesia também é obra.

Quero aproveitar o momento para elogiar todas as juntas de freguesias que antecederam a de Brasfemes, da maneira como representaram as suas freguesias, em particular ao meu amigo Carlos Ferreira, que tem a sua exposição agora no Átrio, que muito honra a sua freguesia.

Queria fazer este reparo, porque ter ideias, promover a actividades implica trabalho, é verdade que a ideia é da Câmara, mas mal de nós que não elogiássemos o nosso trabalho, o trabalho é das Juntas de Freguesias.

Já agora aproveito também para convidar o Dr. Mário Nunes, para amanhã as 15 horas, transferimos a nossa exposição para a freguesia e vamos divulgá-la pelas as associações pelos lugares. Amanhã as 15 horas no Salão da Associação Cultural, mais propriamente na sua biblioteca vamos fazer a inauguração da exposição.

Aquando da elaboração do Plano e Orçamento da Câmara, ainda, ressalvo ainda, os Presidentes de Juntas são ouvidos para participar neste plano e orçamento, a questão da obra do subsídio à casa da freguesia, houve aqui um lapso, faço questão que fique aqui frisado. A Câmara, em devido tempo ultrapassou, ou vai ultrapassá-lo, mas queria aqui dizer que no plano e orçamento está aqui contemplado uma verba para uma intervenção na escola EB1 de Brasfemes, a antiga escola primária de Brasfemes, com 75mil euros, para este ano, e para o próximo ano 150mil. Queria fazer aqui uma proposta honesta ao Sr. Presidente da Câmara, porque não estou a ver em Março a lançar a obra a concurso, que possamos ter durante o período da interrupção das aulas a não ser nas férias grandes que se façam estas obras. Ou seja, vamos ter o mesmo problema no início do próximo ano lectivo, tendo nós na freguesia de Brasfemes uma Associação de Pais com maioria professores, imaginem a Junta de Freguesia a ser bombardeada.

A proposta que tenho para fazer ao Presidente da Câmara é de transferir esse dinheiro para a Junta de Freguesia, que a Junta de Freguesia executa a obra, o mesmo se passa para os 150 mil para 2009. É uma proposta que faço com toda a honestidade, para ultrapassar o problema de Brasfemes, também o problema da escola e o problema da Câmara.

Na empreitada de tapetes, creio que foi consagrada esta semana, como não está bem definido para onde vão ser feitas as obra de tapetamento nas devidas freguesias, espero que definitivamente, na estrada que liga Paredes, a Vilarinho, pela Associação Cultural de Vilarinho, são cerca de 500 metros, que seja desta vez contemplado.

Também no orçamento está aqui um subsídio às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Brasfemes e de Coimbra. Já uma vez fiz esta pergunta e o Sr. Presidente da Câmara por lapso não respondeu, só gostava de saber qual era a parte que correspondia aos Bombeiros Voluntários de Brasfemes, são 60mil? são 30mil para cada lado?

Gostava de obter esta resposta."

Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):

"Ao longo de muitas sessões desta Assembleia Municipal, temos aqui abordado o tema dos Transportes Municipais de Coimbra, da necessidade da Administração Central assumir financeiramente também aqui as suas responsabilidades, e da iniquidade que resulta da atribuição de emissões compensatórias aos Transportes Urbanos de Lisboa e Porto, e da não atribuição destes mesmos apoios aos demais Transportes Urbanos do País.

Trata-se no actual quadro de défice energético do país de premência na redução das nossas emissões de CO₂, de premência de alterar costumes que nos levam a ser o segundo do País da Europa com mais carros *per capita*, de uma responsabilização por parte do Estado que não é aceitável.

Trata-se ao mesmo tempo, da atribuição de dinheiro público sem uma utilização de critérios objectivos, o que é no mínimo indefensável e insustentável, trata-se também de um factor de injustiça fiscal uma vez que os municípios das cidades não contempladas, acabam por pagar triplemente o serviço de transporte público colectivo, por um lado pagam a utilização, dos seus transportes diariamente, por outro pagam através do orçamento da sua autarquia o défice de exploração dos Serviços Municipais de Transportes e por fim pagam por via do orçamento do Estado os Transportes Urbanos de Lisboa e Porto.

Apesar de nunca se ter ouvido ninguém sustentar a actual situação, o que é facto, é que a mesma tem se mantido ao longo dos anos, sem que os sucessivos governos tenham a coragem de alterar uma questão que claramente está errada, aos olhos de todos.

Como tal o Partido Ecologista os Verdes, decidiu através do seu Grupo, Parlamentara levar este assunto à discussão do Plenário da Assembleia da República tendo para o efeito entregue hoje, ao Presidente da Assembleia da República um projecto de resolução que deverá ser discutido, e votado, esperamos nós, no decorrer nos próximos meses de Março e Abril.

Este projecto de resolução, tem como finalidade recomendar ao Governo, a definição de critérios objectivos para a atribuição de emissões compensatórias por parte do Orçamento de Estado, aos diferentes Serviços de Transportes urbanos já em 2008, mas também recomendar desde logo alguns princípios e critérios base, que em nosso entender, não podem deixar de ser considerados nomeadamente o número de passageiros transportados, a área territorial coberta e o serviço social prestado.

Para o Verdes o valor desprendido, pelo o estados em emissões compensatórias de diferentes serviços de transporte de âmbito urbanos privado ou municipal, atribuídos em 2007, devem servir de base, à criação desta compensação generalizada, visando a promoção do transporte colectivo, e a compensação pelo papel social por ele desempenhado e não como acontece até agora para cobrir unicamente défices de exploração.

Por outro lado, os Verdes entendem que a distribuição destas verbas, deve ter em conta o factor de racionalidade na sua utilização, valorizando e estimulando as subidas das taxas de ocupação e penalizando as perdas de utentes de forma que as autarquias ou os privados, se empenhem de facto no uso mais racional destes recursos.

Fim dizer, que apesar de anunciarmos em Coimbra esta iniciativa parlamentar, como se sabe não se trata apenas uma questão da Cidade de Coimbra, trata-se igualmente de uma questão que diz respeito a Aveiro, Barreiro, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Portalegre entre outros Municípios que possuem

transportes urbanos, mas não só, trata-se também de uma questão de todos os concelhos limítrofes destes Municípios cujos os seus habitantes diariamente se deslocam a estes pólos de emprego para trabalhar e aí utilizam os Transportes Municipais existentes.

Por fim, dizer, que os Verdes consideram esta iniciativa parlamentar tem todas as condições para não se ficar apenas pelo mérito levar esta questão ao debate da Assembleia da República, mas tem todas as condições também, para ser aprovada assim se associem à mesma pelo menos todos os deputados eleitos pelos distritos cuja as capitais sofrem do mesmo problema de Coimbra."

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues(BE):

"Pretendia colocar três questões:

Uma delas tem a ver com a Carta Educativa de Coimbra, não sei se verificaram na página da Câmara Municipal está publicada uma carta educativa como se estivesse aprovada. Não é verdade! Na Região Centro estão aprovadas 50 das 78 das cartas educativas dos concelhos e Coimbra ainda nem sequer tem alguma carta em estudo. E, é caso para perguntar o porquê desta situação, qual é o sentido de arrastar há mais um ano a situação de ausência da carta educativa. O que acontece é que, aqui e como noutros sítios, é caso para perguntarmos se as diferenças partidárias entre o governo nacional e o governo autárquico não jogam, às vezes, nos mesmos tabuleiros. Ou seja, em muitas campanhas eleitorais anteriores de vários partidos políticos argumentaram com as vantagens em eleger para as Câmaras Municipais, as mesmas forças que estavam no governo, e esta autarquia de Coimbra vêm-nos mostrar exactamente o contrário, atirar as culpas de um lado para o outro, é muito bom para não fazer nada.

Porque o que acontece aqui, o projecto de carta educativa que foi apresentado pela Câmara Municipal, o que fazia era arranjar um artifício para gastar o menos possível. O que acontece curiosamente, o silêncio por parte do Partido do Governo que querendo impôr às autarquias as cartas educativas aparentemente não está a incomodado por Coimbra não ter carta educativa. Coimbra tem a menor taxa de cobertura do ensino pré-escolar do País. A quantidade de cobertura de Coimbra no pré-escolar é assustadora. Outra coisa é que a periferia de Coimbra não garante aos residentes um preceito constitucional que é o ensino público gratuito, neste momento o que estava previsto naquela carta educativa, e a expressão é da Directora Regional é o entregar ao privado a escolaridade dos alunos da periferia de Coimbra. Isto é inaceitável! A verdade é com estes atrasos está-se a inviabilizar a candidatura ao QREN da possibilidade de escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância que reúnam condições de funcionamento aceitáveis, que tenham o mínimo de salas que possam funcionar, que tenham equipamentos de cantina, biblioteca, tempos livres, que permitam o funcionamento, e o que se vai arrastar é uma bola de neve que não tem saída.

Pergunta-se, mais uma vez, ao Sr. Vereador da educação o que é que se passa com a Carta Educativa de Coimbra?

Uma outra questão: Este mês ocorreu em Lisboa, mais uma vez, um pico de cheia que, não só causou estragos, nas mesmas zonas de sempre, onde sempre tem havido prejuízos e provocou mortes. Como sempre quando as coisas acontecem há sempre muitos lamentos Cheias como aquelas vão ocorrer e

ocorreram cada vez mais, em Lisboa ou em Coimbra, porque a última vez que houve cheias em Coimbra, o que aconteceu foi que o Sr. Presidente da Câmara, empurrou as culpas para o INAG, para nada se continuar a fazer. Agora o que se pergunta e que ainda não morreu gente, é preciso prevenir, que medidas se estão a tomar para prevenir cheias, desabamentos, para prevenir incêndios. As alterações meteorológicas não se sabem quando ocorrem, mas podem-se prever e devem-se prever e se tomar precauções.

Outra questão tem a ver com o Planeamento e Ordenamento do Território, e prende-se com a entrevista que o Sr. deputado municipal, mas também técnico superior da Câmara e também Presidente da CPCJ deu, nesta última qualidade, aos jornais, chamando a atenção para o agravamento das situações de risco na região de Coimbra. Há, pelos vistos, um agravamento da situação de crianças em risco que pronunciam algumas situações sobre as quais será preciso tomar medidas. Algumas destas coisas, também estão ligadas com o planeamento do território, como por exemplo, as zonas habitacionais e como é que estão planeadas. Neste momento, continuamos sem ter esses instrumentos de planeamento, mas de qualquer das maneiras o que se verifica a nível nacional e mundial, é uma crise na habitação. Nos últimos meses foram vendidas nos Estados Unidos, em hasta pública, um milhão de habitações, o que significa que um milhão de famílias não tiveram meios, para pagar as amortizações e que tiveram de se desfazer das suas casas. Imaginem o que isto significa em termos sociais. Em Coimbra, neste momento, há milhares de casas devolutas, e continuam-se a aumentar as áreas de construção, até aonde? que consequências isto vai ter? a qualquer momento estamos à espera de uma deflação da habitação e as consequências trágicas que isto vai ter, em termos da rede social e das suas implicações, que medidas a Câmara prevê para estes casos?"

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

"O que me trás aqui são dois assuntos:

O primeiro tem a ver com a proposta de lei para as autarquias locais. É conhecida a posição da ANAFRE, é conhecida a posição dos Presidentes de Junta do nosso Município de condenação a essa lei. É uma lei, injusta, não respeitadora dos princípios democráticos e uma grande falta de consideração pelos Presidentes de Junta. Senão mesmo até inconstitucional.

O apelo que aqui faço é dois tipos:

Em primeiro lugar, até porque sou coordenador distrital, pedir aos deputados eleitos por Coimbra, na Assembleia da República, que publicamente, sejam eles do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata, que tomem uma posição de solidariedade com as freguesias e com aquelas que naturalmente são do seu distrito.

Também às estruturas políticas dos dois partidos mentores, que discordem com os mentores desta proposta de lei, sejam elas concelhias ou distritais, que possam interceder perante as estruturas nacionais de cada um dos partidos, para que seja corrigido esta afronta e esta desconsideração às freguesias.

Tão somente é este o apelo que faço, porque mais do que tudo, é uma questão política, e resolve-se de forma política.

Estando nem análise a discussão na especialidade, ainda há tempo para reparar aquilo que de mal foi feito.

O segundo ponto tem a ver, de facto, com o que se passa em Souselas.

Ouvi aqui algumas intervenções, pensei que iam criticar o Ministério do Ambiente, mas não, de facto erraram o alvo. É o Ministério do Ambiente que deve ser criticado.

Também dizer à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, se calhar nem sabe aonde é o piso dos canaviais, mas já que é tão conhecedora da freguesia de Souselas, é uma boa candidata para a freguesia de Souselas, depois vai ver quantos votos lá tem, e quanto é que lá vale, e é uma oportunidade de conhecer em concreto a realidade objectiva daquela freguesia, com o devido respeito.

Eu não ando nesta questão de hoje nem ontem. Ando há 10 anos, e também em Souselas não estou há dois dias, estou há 43 anos! e sei as vivências daquela gente, os anseios, os sacrifícios, e as agressões de que têm sido vítimas e também dizer que, fiz parte de um conjunto de pessoas, que solicitou o tal estudo de saúde, porque senão, nem esse estudo de saúde tinha sido realizado. Mas o assunto é demasiado sério para entrarmos em polémicas.

Há uns anos, um jornalista de Coimbra, já falecido, escreveu que em Souselas o pão dos pobres continua a ser amassado com cimento (João Bravo).

De facto, independentemente da questão da co-incineração, também é relevante, tenho que dizer que o *modus inoperand* da fábrica não é naturalmente o melhor. Houve algumas questões complexas e delicadas, do qual, a junta deu recentemente nota às entidades competentes. Só para dar um exemplo, amostras iguais a estas, seguiram naturalmente para a Agência Portuguesa do Ambiente e também para a Comissão da Coordenação do Desenvolvimento Regional do Centro, recolhidas no cemitério de Souselas sobre as campas.

Quero dizer, que há dois dias, ao contrário que fez a Cimpor, que não pediu satisfações a ninguém, não explicou, até hoje, à Junta de Freguesia, fosse o que fosse, que entrou no Cemitério e fez recolhas de amostras ao contrário da Cimpor, com todo o respeito que merece a fábrica, a Comissão de Desenvolvimento Regional do Centro solicitou, a autorização para proceder, no cemitério de Souselas de recolha de amostras para análises das mesmas.

Outro aspecto que quero dizer é que a Junta de Freguesia, eu pessoalmente e enquanto cidadão de Souselas, quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, a solidariedade que tem tido para conosco, que sempre esteve em contacto com a Junta, sempre foi dando toda a informação que tinha disponível, e sempre se foi disponibilizando para combater esta afronta.

Assim passo a ler a moção que apresento à Mesa da Assembleia:

Moção

No dia 21 de Fevereiro, de 2008, a cimenteira do Centro de Exploração da Cimpor em Souselas, procedeu, em segredo, à co-incineração de resíduos industriais perigosos.

Considerando que:

- a) A co-incineração é uma questão económica, mais do que ambiental;
- b) Os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos, são elementos fundamentais para a gestão e tratamento dos resíduos industriais perigosos, mas ainda não estão a funcionar;
- c) Existem operadores nacionais disponíveis para procederem à regeneração de RIP, como os óleos lubrificantes, os solventes os diligentes e as lamas, entre outros;
- d) O Governo ao optar pela co-incineração está a interferir e a condicionar o mercado de resíduos, nomeadamente na área da regeneração e da reciclagem;

- e) Segundo a Quercus nenhuma cimenteira está preparada para a co-incineração;
- f) Todo o processo de queima de RIP decorrido em Souselas decorreu em segredo sem qualquer informação às autarquias e sociedade civil,
- g) Não se sabe, oficialmente, a natureza dos resíduos, origem, se existiu tratamento prévio, plano e tipo de monitorização, parâmetros monitorizados, condições de queima e sistemas de protecção ambiental e de saúde pública utilizados;
- h) Continua a não haver condições mínimas de segurança e de salvaguarda da saúde das pessoas

Assembleia Municipal delibera:

- a) Reiterar a sua posição de condenação ao processo de co-incineração;
- b) Solicitar ao Ministério do Ambiente e à Cimpor a paragem imediata do processo de co-incineração."

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

"Lembro-me, como os senhores se lembram naturalmente, daquela mega manifestação, que foi feita e realizada aqui em frente à Câmara Municipal, com dez autocarros parados em frente, na Rua da Sofia, para depois de uma manifestação e de um comício de 100, ou 150 pessoas quando foi da questão da co-incineração já levantada ainda no tempo do outro executivo, e que a voz de ordem era para essa manifestação onde esteve aqui o anterior Presidente da Figueira da Foz, alguns professores da nossa Universidade, e que depois de um grande apelo "vamos todos para Souselas". Não existiu povo para Souselas e os autocarros recolheram todos novamente aos SMTUC.

Senhora deputada, para haver e existir mobilização popular, é preciso haver povo para isso! O povo já percebeu em muitas situações, e nesta situação concretamente da co-incineração, que o Governo, já do tempo em que o Sr. Primeiro Ministro de hoje, era Ministro do Ambiente, estava a tratar as coisas com seriedade, e há falta de melhor discussão para Coimbra, há falta de melhor discussão para o desenvolvimento, da nossa cidade, e do nosso concelho, ponto após ponto de forma ciclica se aponta a co-incineração como um dos males piores para a nossa Cidade.

Tive a oportunidade de também ler, um artigo de opinião de uma Sra. Jornalista, que depois de dizer que a co-incineração, mais uma vez à má fila para Coimbra, a única coisa que a Sra. diz no fim é só isto, e passo a transcrever:

"Noutros países da Europa, o processo de co-incineração avançou, mas ao protesto das populações ofereceu-se um envolvimento e vigilância directa dos habitantes, a par de outro sistema e alternativas de tratamentos de lixo."

Esta foi a conclusão brilhante, a que se chegou seja, a co-incineração é necessário, e é tão necessária que estamos em pré rotura com a Europa, dentro de pouco tempo teremos de começar a pagar coimas, porque não tratamos dos resíduos em Portugal.

A pergunta que subsiste não só em Coimbra, mas em todo lado, em todo o País, é afinal, há tantos anos para tratar os resíduos industriais perigosos, tanta discussão, e tanta previdência cautelar, ainda não há nenhuma solução e nós já estamos a entrar em rotura.

Para de uma vez por todas, todos perceberem, o PS vai solicitar à CIMPOR, é que seja facultada uma visita guiada às instalações, como é que é feita à co-

incineração. E de uma vez por todas, pôr uma pedra sobre este assunto e avançar decididamente para aquilo que é importante para os resíduos o que é importante para o País.

É isto que vamos pedir à Cimpor, e penso que todos os grupos parlamentares nos seguirão, ou nos acompanharão naturalmente nessa visita.

Por último, queria dizer, que eu saiba, a Cimpor porque também tive a obrigação de me informar, tem três tipos de licença:

Licença ambiental, licença de instalação e licença de exploração.

Foram passadas à Cimpor, porque cumpria todos os métodos, os requisitos, para fazer este tipo de trabalhos. Não faz sentido, que cada vez que a alguém pede uma licença, à Câmara Municipal para qualquer coisa, a Câmara Municipal divulgue a toda a gente porque é que foi essa licença. É tão só uma licença, não é mais nada do que isso!

Relativamente à proposta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Souselas.

Quero dizer-lhe que a sua proposta está completamente fora de prazo, não tem nenhum rigor neste momento, nem sequer para ser votado, porque a proposta que estou a fazer, de propôr à Cimpor uma visita guiada para que possamos todos, inteirar dos problemas que existem, naturalmente que seremos acompanhados das nossas preocupações, porque também o PS um dia disse, escreveu aqui e disse-o aqui, que se houver o mínimo de problema, e se houver a suspeita que algo poderá correr mal para as populações, nós seremos não os últimos mas os primeiros a dizer que a co-incineração não avançará em Coimbra."

Outra questão, que não queria adiantar muito mais nesta porque depois desta visita penso que fica tudo esclarecido, ou se não ficar voltaremos outra vez ao princípio.

Queria dizer-lhe uma coisa Sr. Deputada, o Partido do Governo e o Partido Socialista não está, nem nunca deixou de estar preocupado, com a Carta Educativa.

A Sra. Deputada na realidade, não está preocupada, mas sim distraída! Já foi suficientemente tratada em reunião de executivo na Câmara Municipal de Coimbra, a questão da Carta Educativa. Foi tratada pelo Sr. Presidente da Câmara, foi tratada pelo Sr. Dr. Oliveira Alves, pelos Srs. Vereadores e pelos Srs. Vereadores da oposição.

A última questão é muito importante, é que a Carta Educativa vem num programa nacional para o reordenamento da rede escolar do ensino básico e da educação pré-escolar, que toda a gente tem a obrigação de conhecer. Toda a gente, não é a maioria dos pais, toda a gente não é a maioria dos alunos, mas sim, toda a gente que é eleita de alguma forma de representação, como os senhores foram eleitos, e todos foram eleitos.

Uma das coisas mais importantes deste documento, que tem a obrigação de conhecer e não o conhecem, diz respeito por exemplo, para o correcto funcionamento da uma escola EB1 devem ser considerados os seguintes passos: ensino, social, e de apoio geral. Isto é um documento excelente para quem quiser ler com atenção e perceber o que é que aqui está.

Não há, da parte do Governo da Nação, e não há da parte do Partido Socialista nada que diga respeito, ou nada contra este documento.

Neste documento não há que o discutir, mas sim que o cumprir.

O tempo da discussão foi feito, agora só se terá de o cumprir, agora quando não se consegue cumprir este documento, então já é mais complicado."

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

"Para completar a brilhante intervenção do meu camarada Luís Santarino, só referir também em relação à Carta Educativa, que todos tenhamos presentes, fiz aqui um apelo sincero, em nome da bancada do PS, quando aquela espécie de carta educativa, veio aqui à Assembleia Municipal, que o Sr. Presidente tivesse a capacidade suficiente para que se fizesse um debate. Essa questão já estaria ultrapassada hoje, e era numa perspectiva de ajudar a própria Câmara Municipal a encontrar a uma boa solução. Lembram-se que, creio que foi por 1 voto, a moção que o Partido Socialista apresentou, que foi reprovada. A prova está à vista, os resultados estão à vista, não temos Carta Educativa e solicito ao Sr. Presidente da Câmara que não se esqueça que a Carta Educativa, ou a reformulação da carta Educativa espero que ainda vá a tempo, ela tem de vir a esta Assembleia Municipal.

Queria referir duas questões:

Fiquei magoado, com as afirmações recentes do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e creio que muita gente ficou magoada, a quando da visita recente ao Bairro da Rosa e, (eu até sei que o Sr. Presidente queria dizer) mas fugiu-lhe a boca para a verdade, em relação a algum saudosismo de outros tempos. Não estou a falar dos últimos quinze anos, o que está escrito e foi dito pelo Sr. Presidente, é que nos últimos trinta anos nada tinha sido feito, e isso tem um significado político, tem o significado que vivemos em democracia há cerca de trinta anos, sabemos em que condições e muitas pessoas no País inteiro e nesta Cidade em particular, viviam, lembramo-nos todos, das barracas que estavam espalhadas pela Cidade sem qualquer tipo de condições, sem água, sem luz, sem higiene sanitária. Senhor Presidente, tem saudades desse tempo? Essas coisas não desapareceram? a democracia não resolveu esses problemas? A democracia resolveu estes problemas e com os meios que o Estado colocou ao seu dispôr, quer ao nível das populações, quer ao nível das autarquias locais e foi nestas condições que elas foram resolvidas, com as condições possíveis, e de certeza que as crianças que ouviram o Sr. Presidente não conhecem essa situação, mas muitos pais e muitos avós que ali estavam não quererão passar por outra situação destas. Repito, e eu sei que talvez não era isso que queria dizer, mas conseguiu ir mais longe. Isso tem um significado político, infelizmente o Senhor está aí, democraticamente eleito, o que não acontecia acerca de 30 anos como sabemos. Portanto, penso que deve ter mais cuidado, nas afirmações que faz, porque isto também reflecte um posicionamento, infelizmente parece que acompanhado por outros, o que me estranha.

Em relação a um aspecto que também veio a público e também incompreensível, aliás, nós aprovámos aqui a criação e aprovámos os estatutos, creio que nada a mais do que isso, a constituição da Empresa Municipal de Turismo. Não creio que nos estatutos e na criação da Empresa Municipal de Turismo, o património municipal tenha sido transferido para essa empresa, não sei em que condições é que esse património foi transferido. Não sei com que legitimidade e com que legalidade a Empresa Municipal quer cobrar taxas da dimensão que cobra, como se cobrasse a qualquer forasteiro que viesse a Coimbra promover um espectáculo comercial à Queima das Fitas, quando a

Queima das Fitas é uma bandeira da Cidade, não se compreende. E para além da Queima das Fitas o que parece é que, a própria Feira Popular tem também intenção peço ao Presidente da Junta de St^a Clara se pode confirmar isto ou não, de aplicar este tipo de taxas.

Conclusão, a organização nem sequer tinha capacidade sequer para pôr a Feira Popular de pé.

Neste sentido, solicito à Câmara e à Mesa que seja presente a esta Assembleia Municipal, que tipo de contrato, que tipo de documento é que existe, ou que tipo de deliberação da Câmara é que existe, transferindo o património para a Empresa Municipal de Turismo.

A criação da Empresa Municipal de Turismo tem determinados tipos de objectivos. Não é aproveitar-se da capacidade de iniciativa daqueles que vivem em Coimbra, daqueles que organizam as coisas em Coimbra, para depois ir a reboque tentando aproveitar-se financeiramente desses aspectos.

É injusto, é incorrecto. Há muitas formas de poder resolver esse tipo de questões.

...o Sr. Presidente vai ter de explicar, como é que de facto vai impor o cumprimento desta solução. Porque de facto é caricato, compreendo que os fiscais municipais, têm o dever de salvaguardar o património municipal, de facto as placas que lá estão são património municipal, custa dinheiro aos munícipes. Qual o efeito prático disso? Infelizmente não pode ter nenhum, porque está ferida de nulidade, já há parecer de consagrados juristas sobre essa matéria, e de facto o Sr. Presidente colocou aqui um “embuste” que levou à Assembleia Municipal a ter que aprovar aquela postura.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês “Por Coimbra”:

"É com grande tristeza e profunda incomodidade que continuam a surgir novos episódios relacionados com a queima de resíduos perigosos na Cimenteira de Souselas.

Estamos, Sras e Srs. Deputados e como se vê, perante sucessivas e continuadas investidas do Governo Central, que em si são contra-natura e se apresentam contra a qualidade de vida dos cidadãos que, aqui, nesta Assembleia Municipal, honrosamente representamos.

Investidas estas que são apanágio do actual Governo Socialista, que é um governo do porque sim, autista por natureza, que não dialoga, que não explica nem demonstra a razoabilidade das suas políticas, e que, sob esta postura, resolveu dar luz verde à Cimpor para que esta possa iniciar a co-incineração dos RIP(s), fazendo-o de forma iníqua, nas costas e à margem da Câmara Municipal de Coimbra, da Junta de Freguesia de Souselas e das suas populações, cuja saúde pública aliás pouco importa ao Sr. Primeiro Ministro, apostado que está em facilitar a vida à Cimpor, ao proporcionar-lhe desta maneira um recurso energético ambientalmente nefasto, mas economicamente rentável e como tal apetecível.

Mas esta situação já não nos surpreende, e não nos surpreende na medida em que sabemos nós que estamos a lidar com um Governo autista e assimétrico, zangado que está com os Portugueses, - teima e insiste em levar por diante a co-incineração em Souselas, mas também outras políticas adversas que arrastam o País para o aumento exponencial da falta de confiança no futuro, designadamente por parte dos jovens cidadãos e dos trabalhadores em geral,

que desesperam face a um crescimento económico cada vez menor e mais distante da média de crescimento dos restantes Países da União Europeia.

Porque este é o Governo Socialista que nos constrange e aflige, que defende uma agressiva reforma da educação, mas falo erradamente contra os Professores, e estes aí estão nas ruas, manifestando-se com razão contra a política educativa que o respectivo Ministério lhes quer e nos quer impor.

Estamos, Sras. e Srs. Deputados, perante um Governo que decidiu implementar uma política de saúde, mas fá-lo à custa de encerramentos anacrónicos e indiscriminados quer dos serviços de urgência, quer dos serviços de atendimento permanente, fazendo-o sempre e como sempre, contra os legítimos interesses das populações locais.

- Estamos, pois, infelizmente perante um Governo que pretende encerrar dezenas de Tribunais.
- Contribuindo para a desertificação do interior do País.
- Que anuncia políticas de incentivo à Natalidade, mas encerra Maternidades.
- Que implementa uma Política Fiscal que há-de destruir a classe média, já de si bastante depauperada, e arruinar as pequenas e médias empresas.
- Que não ouve as Autarquias Locais.
- Que pavoneia a anunciar a criação de mais emprego, enquanto que os jovens Portugueses estão a emigrar e a deixar o País.
- Que, no caso de Coimbra promove a transferência de diversos Serviços de Administração Regional para outras cidades do País, retirando e desviando massa crítica, mas recusa fazer os investimentos públicos há muito previstos, não obstante, o Sr. Primeiro Ministro bem saber que os mesmos são absolutamente cruciais para o desenvolvimento da nossa Cidade.

Razões de sobeja estas pelas quais decidiu a bancada da Coligação perguntar ao Governo, através de Moção específica apresentada na última Assembleia Municipal, para que esclareça qual o Modelo de desenvolvimento que afinal preconiza para Coimbra.

Mas eis que a bancada Socialista desta Assembleia, logo se insurgiu ao considerar de forma lamentável e pouco elegante, que este pedido de esclarecimento era estranho, antagónico ou despropositado por ter origem, como teve e bem, na nossa bancada da Coligação.

Pelo que, mais uma vez, todos ficámos a perceber que este Partido Socialista não entendeu o alcance e a profundidade deste pedido de esclarecimento, o que não nos espanta sequer, dado que, se já sabíamos que o Partido dos Srs. Deputados Socialistas não tem qualquer estratégia para o desenvolvimento de Coimbra, também ficou agora claro que não será com o Partido Socialista que esta Cidade se desenvolverá no futuro, sendo inequívoco que não queremos repetir aqueles anos em Coimbra padeceu, estagnou e não passou da cepa torta até ao ano de 2001.

De resto, parece que os Srs. Vereadores deste Partido Socialista se entretêm agora com queixinhas, em prol dos seus deveres de virtuosa santidade, pelo que, com esta apetência criativa, também não nos espantará, Sr.as e Srs. Deputados do partido Socialista, que daqui por alguns meses andem por aí junto das populações, com aquela mãozinha fechada que vos caracteriza, a gritar que co-incineração só há uma, a do PS e mais nenhuma.

E o povo, sereno, certamente dirá no momento próprio, de sua justiça que assim sendo, não! Obrigado.

Porque esta é a Democracia Portuguesa em nos revemos e de que muito nos orgulhamos, cuja organização do Estado compreende necessariamente a existência fundamental de Autarquias Locais.

Em que as Juntas de Freguesia e os respectivos Presidentes de Junta desempenham um papel e uma acção crucial na prossecução dos interesses próprios das populações que representam.

Daí o nosso respeito e profunda admiração por todos aqueles que, como vós Srs. Presidentes de Junta, dão o melhor do vosso esforço pessoal e intelectual no desempenho da nobre missão que é estar na primeira linha em defesa dos interesses públicos locais.

O que significa que não é plausível nem faz qualquer sentido que os Presidentes de Junta deixem de poder votar nas Assembleias Municipais, designadamente as Opções do Plano e as propostas de Orçamento das Câmaras Municipais.

É verdade, porém, que há muito defendemos a alteração da Lei Eleitoral Autárquica e a Lei que estabelece o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios, dado que importa quanto antes proporcionar suficientes condições conducentes à melhor governabilidade dos órgãos executivos colegiais, evitando-se assim a acção oportunista de certos franco atiradores desalinhados que somente contribuem para instabilidade desses órgãos, pervertendo deliberadamente os mandatos em que encontram investidas.

Mas esta necessária alteração não tem que implicar minimamente que os Presidentes de Junta deixem de exercer as faculdades que, com toda a legitimidade a Lei actual justamente lhe confere.

Por isso, a Bancada da Coligação faz votos para que o Bom Senso impere na Assembleia da República, reconhecendo-se que a plena participação, por direito próprio, dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais, resulta em bom rigor da matriz ou gênese democrática consubstanciada no vigente Estado de Direito em Portugal.

Srs. Presidentes de Junta, estamos inequivocamente convosco, por isso contamos convosco agora e no futuro, a bem da democracia dos cidadãos que em conjunto representamos."

Disse.

Intervenção do deputado municipal Barbosa de Melo "Por Coimbra":

"Decidi vir aqui, tomar a palavra por poucos minutos, e julgo ser mais um, mas certamente sou uma das pessoas desta Cidade e julgo sermos todos de alguma maneira, que estou muito preocupado, com aquilo julgo poder chamar o processo de descapitalização de Coimbra em curso. Que é um processo que está em curso, como o nome o diz, mas que certamente tem raízes antigas, tem e radica naquela ideia de centralismo de Lisboa, aquilo que alguns costumam brincar "o vírus do Terreiro do Paço", que desde sempre com altos e baixos e que nos últimos anos, e infelizmente nem sequer é do tempo deste Governo já vem de trás, que tem-se tornado cada vez mais imparável, senão vejamos por exemplo:

Quantos serviços públicos têm saído de Coimbra, transferindo para outras cidades, centralizados em Lisboa, abaixados em termos de competências, e de nível de decisão, ou por e simplesmente encerrados?

Ou então, veja-se por outro lado, quantas obras e infraestruturas, nacionais e regionais têm ficado na gaveta, ou têm avançado, bem devagar, ou quando tem avançado tem adotado soluções que são objectivamente desfavoráveis à capitalidade regional de Coimbra. Veja-se de hoje, o exemplo, da Auto Estrada Coimbra-Viseu, que foi repentinamente substituída pela Auto Estrada Mira-Viseu. E mesmo algumas infraestruturas regionais, que estavam 100% prontas para avançar, de repente parecem em dúvida, e refiro-me hoje especificamente à construção do novo edifício do Conservatório de Música de Coimbra, que está de novo em risco de ficar como o nosso povo diz “outra vez em águas de bacalhau”. No meio de um processo de reforma de ensino artístico que tem reunido a quase unanimidade repudio por parte de especialistas na matéria. Julgo ser o dever desta Assembleia manifestar a sua determinação, a evitar que o novo edificio do conservatório acabe por ser a próxima vítima do processo de descapitalização de Coimbra, em curso.

Ainda para mais, depois dos significativo esforço que já está feito, e que aliás é em grande parte feito pela Câmara Municipal, para que o projecto do Conservatório estivesse pronto a avançar, como está, um projecto que a realizar-se fará com que em Coimbra se venha a situar aquela que é de certo, vai ser espero, a melhor escola de música e dança com melhores instalações do país, ombreando aliás com aquilo que melhor se faz, em termos internacionais. Neste sentido gostava de por à consideração dos senhores deputados, uma moção:

Moção

Considerando:

1. Que uma cidade de saber, de conhecimento e de cultura precisa de uma escola de excelência na área da música e da dança a funcionar em condições dignas;
2. Que depois de anos a trabalhar em instalações degradadas na lata da cidade, o Conservatório funciona actualmente num local totalmente inadequado e sem condições pedagógicas mínimas;
3. Que no cumprimento de um protocolo assinado entre a Direcção Regional de Educação e a Câmara Municipal de Coimbra, foi deliberado um projecto para a construção de um edifício de raiz para o Conservatório de Musica e Dança de Coimbra que está pronto a avançar;
4. Que a súbita alteração do modelo deste tipo de escolas de ensino especializado, recentemente anunciada pelo Ministério da Educação, põe em causa esse projecto e arrisca fazer regredir em muitos anos a solução para as instalações do Conservatório de Coimbra;

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 29 de Fevereiro de 2008, deliberou:

- 1) Apelar a que a nova filosofia anunciada para estas escolas seja profundamente revista, indo ao encontro do que tem afirmado a grande maioria das personalidades conhecedoras da questão (oriundas de todos os quadrantes partidários).
- 2) Exigir o início imediato da construção do novo edifício do Conservatório de Música e Dança de Coimbra projectado no âmbito da parceria entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Ministério da Educação, assim dotando a cidade de Coimbra (e a região envolvente) com uma das melhores e mais

adequadas instalações Europeias para o ensino especializado da Música e da Dança."

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

"Só queria fazer duas perguntas e espero que tenham resposta.

A primeira pergunta tem a ver com o folhetim que se está a passar entre a avenida Gouveia Monteiro e a encosta da rua Machado de Castro e que todos os cidadãos de Coimbra que ali passam perguntam o que está ali a nascer? Quem está ali a construir e o quê?

A segunda pergunta, é aquela que já fiz aqui várias vezes e que nunca tive resposta. Mais uma vez, dirijo-me ao Sr. Vice-Presidente, no sentido de saber, se a Câmara já recuperou a posse do terreno que foi oferecido à Ordem dos Arquitectos, na Rua Pedro Monteiro, onde nunca foi construído rigorosamente nada, isto há mais de 4 anos, era previsto construir-se lá alguma coisa, nunca foi construído nada, gostava de saber se a posse desse terreno já foi recuperado pela Câmara.

São estas duas perguntas muito objectivas, que já agora gostaria que fossem respondidas."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Botão:

"Venho aqui falar de algumas coisas que dizem respeito à minha freguesia. Mas antes, queria falar ao deputado João Pardal, secretário-coordenador da ANAFRE no distrito, que, não sei se por lapso ou de propósito, lembrou aqui às várias entidades do distrito para que defendessem as pretensões dos Presidentes de Junta na Assembleia e junto da Comissão que quer alterar a lei eleitoral. Esqueceu-se de um pormenor!

Temos uma entidade aqui muito perto de nós, só o quero fazer lembrar do seguinte:

Gostaríamos também de saber a opinião do Sr. Presidente da Câmara, é uma entidade também do nosso distrito, e nesta perspectiva queria saber se o Sr. Presidente está de acordo com essa lei ou não, ou se, de facto, defende os Presidentes de Junta ou não, dessa situação.

O Senhor Presidente de imediato acenou que "sim".

Outro assunto que queria perguntar ao Sr. Presidente e já algum tempo que não falamos disso, é sobre a Penitenciária. Se de facto, tem alguns elementos recentes ou não, sobre o avanço dessa obra para a freguesia. Porque há infraestruturas que devem constar da nova revisão do PDM, e há alguns meses, a Junta de Freguesia teve uma reunião com o grupo de trabalho, e ficaram posteriormente de convocar novamente a Junta de Freguesia do Botão, para acertar alguns pormenores e até hoje não foi convidada.

Gostaria de saber o ponto de situação.

Outro assunto diz respeito à zona Norte do concelho que foi contemplada com o saneamento, obra de grande relevo. Só que acabou com uma infraestrutura que temos, que atravessa a Freguesia, que é a EN nº336, uma estrada nacional. A estrada está completamente degradada derivada aos camiões na altura das obras. É uma zona de muita passagem entre duas freguesias -Botão e Pampilhosa- dois concelhos Coimbra e Mealhada e dois distritos que é Coimbra

e Aveiro. Sei particularmente que a estrada foi aceite pela Câmara à Estradas de Portugal, não tenho nada escrito na Junta de Freguesia em isso aconteceu. As pessoas estão completamente revoltadas, porque a situação não é resolvida., tenho colocado algum sossego nas pessoas dizendo-lhes que a Câmara vai arranjar.

Senhor Presidente queria que me desse uma resposta, sobre isto, porque tenho que informar as pessoas consoante aquilo que o senhor me disser.

Também na freguesia do Botão, na Rua do Covão de acesso ao Outeiro já há alguns anos, ficou um remendo por fazer nessa estrada, como o Senhor Presidente sabe, houve um contencioso com um proprietário, que a situação foi resolvida, já há muitos anos e aquilo continua por se resolver. As pessoas questionam-me constantemente sobre isso, digo que a Câmara vai resolver e até hoje ainda não resolveu. Queria que me dissesse se vai resolver ou não esta situação.

Tenho uma petição a fazer ao Sr. Presidente que recebeu uma carta de um munícipe da minha freguesia, mais propriamente da Póvoa do Loureiro, do Sr. Faustino Pereira, pelo seguinte:

A Câmara, na altura para aprovação de projecto, exigiu que recuasse 2 metros, e elecedeu o terreno, só que nesse alinhamento, há um pequeno barraco que está a impedir a visão da casa dele para a estrada, a junta de freguesia não tem meios para resolver essa situação porque possivelmente só expropriando os 2 metros que esse dito barracão vem bater à estrada.

Quero saber se a Câmara pode ou não expropriar a referida parcela para o munícipe poder sair em segurança da casa dele."

Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz “Por Coimbra”:

"Com brevidade, apenas quatro pontos relacionados com o “ontem” e o “amanhã”; o “ontem”, porque sem o conhecimento das causas e consequências dos factos passados não há ciência que nos valha; o “amanhã”, na perspectiva que os erros e desvios do passado possam servir de obstáculo para que não se cometam, eventualmente, os mesmos erros no futuro.

O “buro – centralismo de origem napoleónica” não pára em Portugal – Esta expressão, que não é minha, para recordar que fui o primeiro a protestar e a lamentar contra a saída do Quartel-General com sede em Coimbra: na sequência do “desaparecimento” de regimentos, batalhões, etc., espalhados pelo País, procedia-se então a uma mais perigosa concentração do poder militar – Governo militar de Lisboa e, “até ver”, o Q.G. no Porto. Outras centralizações militares se seguiram. A mais recente e que já preconizara há alguns meses, o “apagamento” do Hospital Militar de Coimbra. Militar que precise de tratamento – e não se diga que as guerras acabaram – terá que ir ao Porto ou a Lisboa... até que o “apagão” se estenda ao Norte. Como, aliás, os Hospitais e unidades de saúde. Se as regiões interiores estão desertificadas graças a uma falta de política económica sustentada, quem lá querará continuar para ir sofrer – ou morrer – durante as viagens?

A “segunda vitória” – Costumo dizer que, se em 100 batalhas ganhar uma, já não é mau. Em 20 anos, só consegui que a Capela de Santa Comba fosse

considerada de interesse público – isto, se a recuperação, esperada há anos se verificar, como espero que o faça a entidade responsável a – U.E.

Agora “ganhei” outra, tal como Pirro. Antes da urbanização da Quinta de S. Jerónimo começar – e já havia o abate ilegal de cerca 200 sobreiros e o desaparecimento possível de uma espécie em extinção em uma das linhas de água lá existentes (o tritão), eu clamava pela imperatividade legal de se proceder ao E.I.A. Empata aqui, empata acolá e o “anjinho”, fiado em palavras, deixou, praticamente, acabar a obra. Agora, vem o parecer da APA: o estudo era legalmente exigido, isto já em 1995, mas, então, eu só tinha 3 meses para recorrer, o M.P. um ano para embargar. Claro que não vou “minar” os terrenos, mas que as minas estão lá, isso estão! Como a vala do tempo do Marquês de Pombal que abastecia o jardim Botânico. Só que o prédio em construção não estava licenciado e as obras foram embargadas, mas a vala, sem manutenção, durou 3 séculos, a Ponte Dentre os Rios durou cento e tal; construídas na “malfadada” Monarquia caíram por incúria dos técnicos da República e dos interesses económicos.

3. Estacionamentos de antigos Moradores – Uma só pergunta à Câmara Municipal: não é injusto que antigos Moradores de Avenidas ou Ruas, como a Sá da Bandeira, por exemplo, que, não tendo estacionamentos subterrâneos ou outros para os novos complexos habitacionais, tenham que pagar nos parques de estacionamento à beira dos passeios, a não ser que paguem um balúrdio (para alguns o é) de cartão de morador?

4. PEDOFILIA – A DERROTA COMPLETA

Para “inglês ver” foi condenado um “sem ninguém” do “famoso” e falhado «processo Casa Pia».

Em comarca de Coimbra, depois de quatro, pelo menos, arguições/prisões preventivas em outras comarcas, um presumível (?) pedófilo acabou por ser absolvido por um Tribunal e/ou Relação apesar de recurso do M.P. Mais esquisito que tantas absolvições é que o último (?) denunciante (termo pejorativo, hoje legal, no tempo da PIDE), não tenha sequer sido ouvido em declarações e/ou audiência."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"São só três notas muito rápidas, e que têm a ver com a transversalidade de várias intervenções.

Daquilo que importa aprofundar em termos de discussão pública e colectiva, que nós de uma forma directa representamos, como eleitos directos pela população ao contrário daquilo que agora se pretende vir a impôr com uma nova alteração legislativa para as eleições dos órgãos autárquicos.

Três notas simples o quanto possíveis e breves, que pretendem dar conteúdo a um conjunto de intervenções que me parecem significativas.

Por um lado, da exigência reiterada, ao Sr. vereador da Educação, Sr. Presidente da Câmara Municipal em relação ao desbloquear rápido e eficiente célere, mas também com o contributo dos pais, dos encarregados de educação, dos professores, das juntas de freguesia e também desta Assembleia Municipal, de uma versão alternativa da Carta Educativa, que foi rejeitada pela Direcção

Regional de Educação, por não corresponder aos interesses e à política educativa, definida pelo Governo Central.

Nem sempre, pecamos por acção, também pecamos por omissão, e somos também responsáveis ou co-responsáveis quando omitimos, essa alternativa não basta apregoá-la, não basta dizer Sr. Presidente, como já o fez reiteradamente, que está contra, tem que se criar um movimento alternativo, consolidado, com as pessoas a que isto diz directamente respeito, para se também ganhar a credibilidade negocial que faz falta ao município de Coimbra que faz falta aos alunos de Coimbra e que faz falta aos pais e encarregados de educação de Coimbra.

A CDU não pode deixar de responsabilizar V. Ex., e a omissão que esta Câmara, que este executivo municipal nesta área tem feito a este nível, mesmo que aparentemente, por boas razões, por discordância de uma política educativa, que tem sido imposta por uma forma acrítica e acéfala a todos os municípios.

Sendo certo só há uma alternativa, discutir amplamente, as opções de política educativa, e de inserção dos recursos educativos e do aproveitamento dos recursos educativos na nossa zona.

A CDU, não deixará e não passará o cheque em branco, a qualquer uma das opções, nem permitirá que as discussões se transformem em mera conversas de surdos entre gabinetes da DREC, ou, da Câmara Municipal de Coimbra, exigirá sempre, que sejam ouvidos aqueles que directamente diz respeito, aos problemas de educação em Coimbra, que são os pais, os encarregados de educação, os estudantes, e as juntas de freguesia que imediato e directo representantes dos eleitores, que em primeira análise serão afectados por essa medidas.

Segunda nota também me parece transversal.

É preciso que um deputado da CDU, eleito pelos "Verdes", no distrito de Lisboa, transporte para a Assembleia da República uma iniciativa legislativa que diz respeito ao distrito de Coimbra. É também uma questão transversal, mas é também uma questão que merece a reflexão de todos os grupos parlamentares.

Todos nós aqui sem excepção aprovámos, um tratamento idêntico para o concelho de Coimbra em relação aos subsídios sociais de transportes colectivos. Nenhum dos eleitos pela maioria parlamentar, quer pela maioria hoje no poder, quer pela dita maioria de oposição, tomou uma qualquer iniciativa que transpusesse esta vontade do concelho, aqui unanimemente referida, para a via parlamentar. Foi necessário que um deputado de esquerda, de Coimbra, membro desta Assembleia Municipal, eleito pela CDU em Lisboa, transformasse aquilo que esta Assembleia Municipal aprovou, em projecto legislativo.

O único apelo que faço é que, coerentemente com aquilo que nós todos já aqui aprovámos, se transfira numa lógica partidária, mas de baixo para cima, exigindo aos deputados que ajudaram a eleger, que se associem àquilo que é uma aspiração legítima, justa, inapelável para a afirmação de Coimbra como Grande Área Metropolitana.

Terceira vertente, que me parece pertinente e aí já apresentámos uma proposta formal de alterações em relação à moção apresentada pelo deputado João Pardal.

Fizemos uma proposta alternativa, em relação à co-inceneração.

Pensamos que a questão da co-inceneração não é uma questão economia, sob põe a ambiental, pensamos é que as opções pela co-inceneração, têm uma sobre valorização das questões económicas em detrimentos ambientais. Não somos fundamentalistas, pensamos que são matérias que têm de ser avaliadas com rigor, mas pensamos nós e daí a importância que continuamos a dar à negação da co-inceneração em Coimbra, é que a vertente ambiental tem de ter um peso superior, e tem de ser valorizado de forma superior em relação à vertente económica. E daí pretendemos dar algum rigor, e algum aprofundamento à moção que é aqui dada foi feita por escrito e entregue na Mesa."

"Ao longo de muitas sessões desta Assembleia Municipal, temos abordado o tema dos transportes municipais de Coimbra, da necessidade da Administração central assumir financeiramente, também aqui, as suas responsabilidades e da iniquidade que resulta da atribuição de indemnizações compensatórias, aos transportes urbanos de Lisboa e do Porto e da não atribuição, destes mesmos apoios, aos demais transportes urbanos do país.

Trata-se, no actual quadro, de défice energético do país, de premência na redução das nossas emissões de CO₂, de premência em alterar costumes que nos levam a ser o segundo país da Europa com mais carros per capita, de uma desresponsabilização por parte do Estado que não é aceitável.

Trata-se ao mesmo tempo, da atribuição de dinheiro público, sem uma utilização de critérios objectivos, o que é, no mínimo, indefensável e insustentável.

Trata-se também, de um factor de injustiça fiscal, uma vez que os municípios das cidades não contempladas, acabam por pagar triplamente o serviço de transporte colectivo:

Por um lado pagam a utilização dos seus transportes diariamente, por outro pagam, através do orçamento da sua autarquia, o défice de exploração dos serviços municipais de transporte e por fim, pagam, por via do orçamento de Estado, os transportes urbanos de Lisboa e do Porto.

Apesar de nunca se ter ouvido ninguém a sustentar a actual situação, o que é facto, é que a mesma tem-se mantido ao longo dos anos, sem que os sucessivos Governos tenham a coragem de alterar uma questão, que claramente, está errada aos olhos de todos.

Como tal, o Partido Ecologista "Os Verdes", decidiu, através do seu grupo parlamentar, levar este assunto à discussão do Plenário da Assembleia da República, tendo para o efeito, entregue, hoje, ao Presidente da Assembleia da República, um Projecto de Resolução, que deverá ser discutido e votado, esperamos nós, no decorrer dos próximos meses de Março e Abril.

Este Projecto de Resolução tem como finalidade recomendar ao Governo, a definição de critérios objectivos para a atribuição de indemnizações compensatórias, por parte do Orçamento de Estado, aos diferentes serviços de transportes urbanos, já em 2008.

Este Projecto de Resolução tem como finalidade recomendar ao Governo, a definição de critérios objectivos para a atribuição de indemnizações

compensatórias, por parte do Orçamento de Estado, aos diferentes serviços de transportes urbanos, já em 2008.

Mas também, recomendar desde logo, alguns princípios e critérios base, que em nosso entender, não podem deixar de ser considerados, nomeadamente, o número de passageiros transportados, a área territorial coberta e o serviço social prestado.

Para “Os Verdes”, o valor dispensado pelo Estado em indemnizações compensatórias aos diferentes serviços de transporte de âmbito urbano, privado ou municipal, atribuídos em 2007, devem servir de base à criação desta compensação generalizada, visando a promoção do transporte colectivo e a compensação pelo papel social por ele desempenhado, e não, como acontece até agora, para cobrir unicamente défices de exploração.

Por outro lado, “Os Verdes” entendem, que a distribuição destas verbas deve ter em conta factores de racionalidade na sua utilização, valorizando e estimulando a subida das taxas de ocupação e a penalização de perdas de utentes, de forma que as autarquias ou os privados se empenhem num uso mais racional dos recursos.

Por fim, dizer, que apesar de anunciarmos em Coimbra esta iniciativa Parlamentar, como se sabe, esta não se trata de uma questão apenas da cidade de Coimbra, trata-se igualmente, de uma questão que diz respeito a Aveiro, Barreiro, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Portalegre, entre outros municípios que possuem transportes urbanos, mas não só, trata-se também, de uma questão de todos os concelhos limítrofes destes municípios, cujos seus habitantes diariamente se deslocam a estes pólos de emprego para trabalhar e aí utilizam os transportes municipais existentes.

Por fim, dizer, que “Os Verdes” consideram, que esta iniciativa parlamentar, tem todas as condições para não se ficar apenas pelo mérito de levar esta questão ao debate da Assembleia da República, mas tem também todas as condições para ser aprovada, assim se associem à mesma, pelo menos, todos os deputados eleitos pelos distritos, cujas capitais sofrem do mesmo problema de Coimbra.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara:

"No ano passado vim aqui porque estava muito aflito com a Feira Popular, que Cidade que não estava em festa. Eu realizei a Feira Popular, até fiz uma promessa à Rainha Santa que se não tivesse prejuízo de decorar o altar, tivemos pouco mais de mil euros de lucro, depois de 4 meses de bastante trabalho. O Sr.Presidente disse-me que não me atrapalhasse que para o ano ía haver foguetório! Acontece que este ano vai haver foguetório, é capaz é de não haver Feira Popular. Porque como deram à ACIC os 15 dias anteriores à Feira Popular, muito dificilmente vou conseguir montar a feira no tradicional que tem sido, ou seja, no sábado anterior ao dia da Cidade.

Pelos vistos, este ano no Dia da Cidade não há Feira Popular, é impossível!

A importância da Feira Popular, não é só para Coimbra, que é o maior espectáculo municipal, a seguir à Queima das Fitas é o segundo espectáculo municipal maior, que leva mais gente e mais espectáculo, e é também algum lucro para a Junta de Freguesia, porque não é com cinco mil euros por ano que consigo gerir uma freguesia de mais de quinze mil residentes e perto de nove mil eleitores. Da Câmara recebemos as obras do protocolo, mesmo nestas obras, infelizmente a Junta de freguesia de St^a Clara, está em vigésimo oitavo

lugar, qualquer junta recebe mais do que nós. Recebo do FFF 85 mil euros, 79 mil é para ordenados, vejam como é que se consegue gerir uma junta se não ganhar à volta de 300 mil euros por ano, com o trabalho da própria Junta. A Junta de Freguesia de St^a Clara tem de ganhar mais de 300 mil euros por ano, para manter a freguesia limpa, para manter os candeeiros acessos. A propósito dos candeeiros, queria dizer que a Junta de St^a Clara, neste momento financia a Câmara, não é propriamente a Câmara que financia a Junta. Mas, por exemplo, a junta de freguesia compra as suas coisas, porque o Sr. Presidente da Câmara na inauguração dos fontenários, uns cidadãos que foram lá da Fonte das Lágrimas que queriam luz naquele local, e o Sr. Presidente disse que sim. Qual foi o meu espanto quando a Divisão de electricidade da Câmara me vem pedir para pagar os focos, porque senão não os colocavam. Nós já compramos os aparelhos e tudo o que é preciso, só ainda não foram postos.

Hoje estou aqui um pouco contra aos meus correligionários, por duas razões. As pessoas que vieram aqui, vieram falar que estavam a apoiar as juntas de freguesia, a lei das autarquias locais. Pois eu assinei essa moção e hoje estou arrependido.

Leio todas as semanas o dossier da Câmara Municipal de Coimbra da reunião do executivo, e o que vejo é que há 5 anos não tenho uma obra, e todos aqueles que estão na bancada da oposição conseguem obras da Câmara. Portanto, prefiro que não votem, porque muitas vezes é muito mais fácil assim, porque hoje a oposição ganha mais nesta Câmara do que propriamente aqueles que ajudaram a Câmara a ganhar. Há cinco anos, que não tenho um parque desportivo, um parque infantil, não tenho o alargamento do cemitério,... que não tenho nada. Hoje sou obrigado a vir aqui para ver se consigo alguma coisa.

Queria responder ao deputado Carlos Cidade, quando perguntou ao Sr. Presidente se o Convento de S. Francisco e o Polis foram dados ao Turismo de Coimbra. É verdade que foram dados, e foi aprovado na penúltima reunião da Câmara inclusivamente pelo o PS.

Queria falar sobre Souselas, eu assisti a todas as reuniões científicas, sobre Souselas

... em conversa com um amigo, dizia-lhe eu podes falar à vontade, que até és funcionário há 40 anos, e diz-me o que é aquilo da poluição em Souselas. Ele respondeu: -olha, isso é tudo uma treta! vou-te dizer que na cimenteira de Souselas há dezenas de ninhos de passarinhos, então é porque aquilo não nos faz mal, porque os passarinhos ainda não morreram."

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Em primeiro lugar vou dar algumas respostas breves àqueles cidadão que fizeram perguntas pergunta as quais eu posso responder.

Começarei por responder ao Sr. Presidente da Junta de Brasfemes, para lhe dizer que a obra que me falou está orçamentada, está incluída, está a ser feito o projecto da obra de pequena monta de realização, assim que esteja pronto o projecto, que será em breve nós iremos optar por lhe confiar a si a obra, ou fazemos nós, de acordo com as possibilidades que temos de prazo para a

execução da obra. Falei com o Eng. Ulisses e dei-lhe essa indicação agora mesmo.

A segunda questão, a dos bombeiros é 50% para cada lado.

Outra pergunta simples, com resposta simples para a Eng^a Margarida Viegas, a Ordem dos Arquitectos renovará o seu pedido, não construiu ainda mas vai renovar o seu pedido, foi-nos dado conhecimento disso, na última reunião que tivemos com eles para utilização do terreno.

Em relação à questão que falou daquela urbanização, que foi por nós várias vezes chamada a atenção e até embargada, já há duas providências cautelares que foram vencidas por a Câmara em relação ao cidadão que está a intervir naquele terreno. A situação é complexa, mas é complexa por uma razão simples, na verdade tem havido ali alguma violação, a Câmara tem imposto regras, e portanto são questões discutidas em tribunal que tem sempre a sua demora nos termos do decurso da obra.

Terceira questão, do Presidente da Junta do Botão em relação à Penitenciária.

Nós tivemos uma última reunião, o Sr. Vice Presidente e eu, no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Instituto mobilizou um Arquitecto, para nos apresentar uma solução que ainda não apresentou. Portanto, nós estamos há espera pacientemente que o Instituto de Gestão Financeira, e o Ministério da Justiça nos comuniquem qual é a opção que tenho que colocar à Cidade, necessariamente à Câmara e à Assembleia, em relação à Penitenciária e a utilização daquela área da Penitenciária.

Por isso, não tem sentido estarmos a fazer mais uma reunião sem termos esse dado que para mim é positivo. Em relação à questão que está subjacente .

As estradas que me falou, falei com o Eng. Ulisses, ele vai verificar o que é que se passa, com cada uma delas, sei que numa delas há uma extensão que decore de uma melhoria necessária depois da intervenção do saneamento. Penso que foi uma estrada que foi beneficiada com o saneamento, com um tapete posterior à implementação do saneamento e depois falta um pequeno troço, para ser realizado uma delas. A outra pedi-lhe para averiguar o que é que se passa, para depois ter a oportunidade de conversar consigo acerca disso.

Gostaria de falar de três questões, que são questões mais substanciais.

Em primeiro lugar a questão da Carta Educativa, muito falada aqui.

A questão da carta educativa é simples, eu inclusivamente aos membros da Câmara Municipal do Partido Socialista, fiz um documento dando conta das nossas diligências junto da DREC e da maneira como não foram respondidas, e foram respondidas as várias propostas que nós fizemos.

Quero desde já chamar a atenção para o seguinte:

A carta educativa a nossa não é a única que está num período de apreciação ou de avaliação. Na Região Centro aliás, curiosamente, é a maior percentagem de cartas educativas, que estão ainda em avaliação, estão em avaliação por exemplo as cartas educativas de Coimbra, Aveiro, Castelo Branco e da Guarda. Estão em avaliação vinte e três, estão em elaboração vinte e três também, portanto a nossa situação não é a única infelizmente para o País, felizmente para nós em termos comparativos.

Em segundo lugar, nós não estamos a fazer uma espécie qualquer de carta educativa. Estamos a fazer uma carta educativa, que é feita por um excelente especialista. O mesmo especialista, não, desde o princípio ele esteve a fazê-la, é o mesmo especialista que foi mobilizado pelo Governo para fazer uma obra

tão notória como a questão da reorganização dos círculos judiciais, e exactamente por causa desse trabalho, é que ele tem tido nos últimos tempos, problemas para responder à nossa solicitação para entregar a versão corrigida da carta educativa, coisa que ele fez hoje mesmo. Portanto, a partir daqui irá seguir-se tudo aquilo que foi feito da outra vez, e é conveniente não esquecer, porque esta proposta de carta educativa, que está em avaliação, foi aprovada por unanimidade no Conselho Municipal da Educação, foi aprovada na Câmara Municipal e foi aprovada na Assembleia Municipal. E assim irá ser da próxima vez também, ela será presente ao Conselho Municipal de Educação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Estando eu a falar diria que esta Carta Educativa, esta alteração será feita com os mesmos, pressupostos que foi a primeira, não há aqui nenhuma novidade.

Qual é o problema substancial desta Carta Educativa?

De facto, esta carta educativa tem na base uma oposição, em relação àquilo que o Ministério dirige como sua política fundamental. Nós precisamos do Ministério defina com clareza o que é que entende por centros educativos, se são construções únicas, se são construções múltiplas, se são conjugações entre EB2/3 e ensino básico, e escolas de ensino básico 1, se podem emigrar ou não para as EB2/3, alunos das escolas básicas do 1º ciclo, ou se o nosso conceito, tem razão de ser, e o nosso conceito é, jardins-de- infância e escolas básicas de 1º ciclo é um centro educativo, mesmo que sejam vários ou dois, no caso concreto estabelecimentos de ensino, e que possamos também fazer migrar para as EB2/3, em moldes a acordar com o Ministério da Educação, evidentemente, classes, turmas das escolas básicas do 1º ciclo.

O que a nós nos parece completamente abusivo, é estar a deferir uma política de construção de centros educativos, significa destruir tudo aquilo que já existe, e construir centros educativos, só por construir centros educativos!

O que significa que nós estamos contra o encerramento de escolas, nos termos em que o Ministério tem feito ao longo do tempo. Nós estamos a favor de encerramento de escolas, que o número diminuto de alunos e pelas condições materiais que sejam avaliadas pelos pais e pelos encarregados de educação e pelas juntas de freguesia, que nos digam que esta escola pode encerrar, neste caso a escola encerrará noutro caso a escola nunca encerrará. Porque de facto em relação as escolas, e tem sido claro, em relação a vários presidentes de juntas de freguesia, eu tenho dado a minha solidariedade em tudo o quanto tem sido em acção deles em relação a isso, lembro-me do caso, de Castelo Viegas, Lamarosa, tenho dito sempre que só se, houver uma acção no sentido contrário das juntas de freguesia e dos pais, é que a escola encerrará, mesmo que tenham 20 alunos, e mesmo que o Ministério, de um dia para o outro mude de posição, dizendo que são as escolas de duas salas que a encerrar, para depois já não serem ou para serem as escolas com menos 20 alunos para encerrarem para depois já não serem. Isto não é política educativa, isto é jogar no totobola, assim não sei jogar.

Portanto a nossa proposta é mais uma vez clara, temos um conjunto de estabelecimentos de ensino que convém não depreciar, temos um conjunto de ligações, em relação aos jardins-de-infância em conjugação com a EB1, que é muito significativa, nós não podemos estar a destruir isso, em nome de um centro educativo qualquer, a ideia não pode ser essa.

Em relação à nossa proposta, a proposta é clara, é de facto contra, aquilo que pensa o Ministério da Educação em muitos casos, mas eu preservo a nossa autonomia. Penso que por aqui é que devemos ir, e temos respeito por todos. Devo dizer-vos, que as reuniões do Ministério da Educação, que tem ao nível da DREC, feito com os Presidentes de Câmaras, tem sido tão concorridas e tão importantes, na última estavam dois Presidentes de Câmara, porque nenhuma Câmara se fez representar por nenhum presidente de Câmara. E por uma razão simples, porque não havia que dizer às Câmaras, num dos itens de reunião com a DREC, estava um ponto suculento, que era jardins-de-infância e Câmara Municipais foi no mesmo dia que o Sr. Primeiro Ministro veio anunciar a verba que anunciou para os jardins-de-infância da região da grande Lisboa e do grande Porto e não para o resto do País. E que depois no dia seguinte veio corrigir, dizendo, que a importância não era do Governo, era importância do governo e das Autarquias e das outras Instituições. Exactamente na mesma altura, em que se diz, que o Quadro Comunitário de Apoio do novo QREN, está cheio de dinheiro para as escolas, e no mesmo dia em que os Sindicatos dos Professores vêm dizer nem para 1/3 daquilo que se ía ter equipamento possível o QREN, alguma vez abrigo, porque imaginem o que o Ministério nos propõe. O que o Ministério nos propõe é um exercício, de eufemismo, é um exercício de falta de verdade, é dizer nós temos tantos alunos, vamos construir não sei quantos centros educativos, e querem que isso fique no plano, mas se ficar no plano e se não houver dinheiro, para que é que serve nós estarmos a escrever isso e estarmos a dizer isso às pessoas. É uma forma de mentir, e isso não o sei fazer.

Portanto, os senhores que colocaram dúvidas em relação à carta escolar, penso que ficam suficientemente esclarecidos sobre a minha posição, uma posição dura, mas é a minha posição em relação a esta questão. Se V. Ex.as quiserem mudá-la façam-no o favor de mudar, a minha posição é esta!

A questão da co-incineração, acreditem todos que era a última das questões um dos últimos temas que eu queria falar, por uma razão muito simples e que muitas as vezes passa a muitos de vós. É porque eu já exerci a influencia que devia em relação ao Governo que devia, acabando com esta história da co-incineração, e na altura própria, esse governo, acabou com a questão da co-incineração, criou os CIVER e nunca mais durante esse tempo se levantou, qualquer querela em relação a isto.

Eu não tenho culpa, que o Senhor Primeiro Ministro, queira julgar o seu prestígio, fazendo a aposta na teimosia de realizar a co-incineração contra tudo e contra todos, faça disso a sua imagem de marca, não sou comprador deste tipo de política, não compro estas imagens de marca, mantenho-me na minha posição, que é a maior parte dos partidos aqui representados.

O que quero dizer em relação a isto é muito simples, toda a gente sabe, como é que eu hajo perante estas questões. Sempre disse, que a Câmara Municipal de Coimbra, disse e mantenho-o iria utilizar todos os seus expedientes administrativos, legais, políticos para lutar contra a co-incineração. E falo-ei em qualquer circunstância e não pensem que qualquer dos expedientes que nós utilizámos foi um expediente menor. Todos os expediente que utilizamos, tiveram o seu vencimento, na previdência cautelar que interpusemos ganhamos na primeira e na segunda Instância. Perdemos na terceira Instância, porquê, por uma razão muito simples, essa sentença é verdadeiramente um hino, o Sr. Juiz

que a subscreveu, é um adepto da co-incineração, manifesto claro diz aí. O que ele diz é outra coisa extraordinária, que é esta. “Não pode vencer esta providência cautelar, porque ainda não está emitida a licença para co-incinerar” e foi por causa disso que o Supremo deu razão a este Sr. Juiz, que redigiu o acórdão.

Por isso, quando agora aconteceram os últimos sucessos em relação à co-incineração, foi muito interessante ver como é que o Governo e a Cimpor manipularam isto. Foi simples.

A Cimpor, até agora, tem cumprido sempre a nossa Postura Municipal.

Tem pedido autorização para passar com as mercadorias perigosas.

Houve uma entidade, que nos mandou dizer, que tínhamos de retirar os sinais.

Essa entidade do Ministério da Administração Interna, eu respondi com um parecer do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, que não tinham razão, e que fizessem dos Tribunais as diligências que entendessem que nós também o faríamos. O Governo e a Cimpor a coberto da noite, um dia resolvem fazer, aquilo que se pensa ser uma queima de resíduos industriais perigosos. Como é que o povo todo sabe disto, de uma maneira também singular num Estado de Direito, nunca vi isto na minha vida. É feita uma comunicação da Cimpor, para a Comissão de Valores Imobiliários às 17h 20m do dia 21, dizendo que, estavam cumpridos todos os requisitos para fazer a co-incineração. Não falam em licença, por uma razão simples, por causa da sentença do Supremo.

Depois dizem, vamos co-incinerar RIP, que no fundo são RIP que já estão em condições, porque foram tratados em empresas certificadas para tal, e depois serão tratados nos CIVER. Se depois são tratados nos CIVER, porque é que não esperam e mandam já para co-incinerar?

Portanto, aqui é que nasce a clareza da questão, que a QUERCUS tomou e muito bem. A QUERCUS, faz um comunicado, e eu é nesse comunicado que me estribe e me refiro que é claríssimo como a água.

O Governo anterior tinha criado os CIVER, 90% dos resíduos passariam pelos CIVER, dariam a oportunidade do ponto de vista económico, a várias empresas de trabalharem na área dos resíduos. Mas o que o Ministério quer, e o que a CIMPOR e a outra cimenteira querem, é que haja combustível barato, para as suas cimenteiras, e que esse combustível barato, não seja passado pelos CIVERS, porque assim eles tem direito a óleos solventes, são o grosso desses combustíveis e por isso fazem negócio.

Por isso é que nesta altura eu posso dizer à vontade que a questão é mais que um negócio de que outra coisa.

Os Srs. não se iludam, eu não estou a fazer esta guerra por mim, até se Coimbra não quiser a guerra, façam o favor de resolver. Agora estou a com a minha consciência. Porque é que estes Srs. não fazem o Estudo de Impacto Ambiental que já tinha sido começado pela Cimpor, e que foi retirado à pressa pela Cimpor, porque eles sabem que qualquer Estudo de Impacto Ambiental, diria que há várias cimenteiras em igualdade de condições, e que se calhar em relação à localização dos CIVER, a melhor seria aquela que não convém porque é presidida que uma senhora que é Presidente da Câmara do Partido Socialista.

Portanto, meus caros amigos, quando a situação é tão clarinha como esta, a única questão que nós temos que fazer, é manter a nossa posição de resistência com toda a clareza e com todas as características que eu desde o princípio insisti que devíamos manter.

Posso sair em manifestações, em cortejos para a rua, mas neste caso concreto, acho que esta é a melhor maneira de contestar e a mais séria. Acompanho muitos dos portugueses que têm saído para a rua, professores, pessoas que estão afectadas com fecho de urgências, escolas que tem sido fechadas por este governo, maternidades que tem sido fechadas, acompanho todas essas pessoas que saem para a rua protestar sobre isto, acompanho. Agora sobre esta questão concreta, permitam-me que eu tenha a minha maneira de proceder, e que reserve a minha maneira de proceder desta forma. Quando V. Exas. entenderem que também não digam, que eu deixo de fazer isso.

Mas eu estou obrigado pela minha consciência, a fazer isso, também não me demito para fazer que faço, eu não me demito para causar eleições, intercalares, agora ia-me demitir para causar eleições intercalar para depois ser eleito outra vez no próximo mandato, isso era uma perda de tempo.

Não vale apenas construir ideias acerca disso, eu não quero mostrar que sou valente, não faço peito em relação a isso. não, eu faço aquilo que devo fazer.

A questão dos Transportes é verdadeiramente uma questão, a qual eu acompanho, o Sr. deputado municipal, também há muita gente que diz, que a contestação que Coimbra está a fazer em relação aos transportes é uma contestação frouxa, é uma contestação fraca, a verdade é que nunca vi outra publicamente. A verdade que eu vejo hoje, não vejo em nenhuma outra cidade que tenha o mesmo problema, nem tido a coragem de colocar nos autocarros dos transportes colectivos um verdade que fere como punhos, e que vai ficar a cores diversas, em relação aos vários anos que isto acontece que infelizmente de um ano para o outro, o assunto vai sendo cada vez mais grave, este ano a indemnização para os transportes de Lisboa, já vai em 48 milhões de euros. E a Sra. Secretária de Estado dos Transportes, tenta jogar uma coisa e outra ao mesmo tempo, aquilo que eu falo, para que toda a gente saiba com clareza, é o seguinte:

Os transportes colectivos de Lisboa, e os transportes colectivos do Porto, são assegurados por empresas públicas, a essas empresas públicas, o Estado cobre o défice de exploração, os transportes colectivos de Coimbra, são assegurados pela empresa municipal, a Câmara cobre o défice de exploração deles. A Câmara de Lisboa e a Câmara do Porto, não têm de se preocupar com o saneamento e água, são empresas públicas que fazem isso. A Câmara de Coimbra tem de se preocupar com saneamento e água.

Portanto, está aqui criado, por isso é que o Srs. compreendem que eu nunca falei nisto antes da Lei das Finanças Locais, porque a Lei das Finanças Locais, neste caso concreto, é uma coisa que não é verdade, porque há estas questões fundamentais que estão absolutamente domesticadas e que ninguém repara toda a gente pensa que ignora. Vejo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tem uma dívida enorme às costas, vir fazer declarações muito simpáticas em relação ao seu futuro, em pagar as coisas, pois é natural não tem que pagar transportes, não tem de pagar águas e saneamentos. O que seria se ele tivesse que pagar aquelas dívidas todas e o que eu tenho.

Portanto, é conveniente sabermos no que é que estamos a falar, e quando eu estou a falar, não estou a falar de coisas que não são justas. Aquilo que estou a fazer são reivindicações justas.

Última questão, o que se está a passar-se com Coimbra e a Cultura, é uma coisa penosa, nós andamos aqui a dar bicadas uns nos outros e outros em mim.

Agora, a questão fundamental é esta, as grandes lutas de Coimbra, não são essas, não estão em saber se dou mais dinheiro aquele, ou menos dinheiro.

As grandes lutas de Coimbra são por exemplo, um projecto interessantíssimo de ensino artístico que acaba com a Orquestra Clássica do Centro, com a conquista dos jovens como foi feita maciçamente para participarem em espetáculos desta natureza musical, com a participação destes, em criar uma escola correcta de ensino de música e de dança, um conservatório como deve ser. E está a Câmara para providenciar os meios para que isto aconteça, indo até ao ponto de pagar, o que já está pago, metade do projecto para o novo conservatório, de ceder o terreno para o novo Conservatório e do outro lado, andar o Sr. Governo a fingir que faz e a dizer que não tem dinheiro para fazer o Conservatório. Dizer primeiro que quer aproveitar o José Falcão, depois quer aproveitar outra escola, depois quer fazer um novo projecto, depois para dizer que quer umas alas no Conservatório parte que vai construir e outras alas numa escola qualquer que vai utilizar. Este é que é um grande objectivo de política cultural para o município, não são as outras discussões. Acho extraordinário, como é que as pessoas todas tão cultas, tão inteligentes, tão boas se perdem em objectivos laterais.

Acho que o grande objectivo da cidade nesta altura, é conseguir que o Governo reserve no QREN a verba necessária para a candidatura da Universidade e da Alta a Património Mundial.

Gostava tanto que as pessoas percebessem o que é que está aqui em jogo, porque senão, as pessoas dizem “este homem está a fazer-se de vítima”, mas não, é que a vítima está a ser a Cidade não eu, eu não conto nada para isto. O que me interessa é que a Cidade não seja amesquinhada, perseguida, punida por coisas em relação as quais a Cidade está cheia de razão em recalçar.

No momento dei quatro ou cinco exemplos, que são fundamentais, como vêm não me perco em detalhes, em pormenores, são muito interessantes para cada um falar de sua justiça e de dizer de sua justiça, mas não são essas questões que me preocupam.

Assim como devo dizer o seguinte:

Não interessa colocar todos os dias em suspeição a Câmara para se fazer uma boa oposição, há milhentas câmaras no país e não seguem esse percurso, isso é um percurso errado. A Câmara responde perante a Assembleia, nos termos indicados na Lei, quem responde perante a Assembleia é o Presidente da Câmara, não há espetáculos montados para a Assembleia, quem quiser aprovar, orçamentos contas aprova os modelos da lei, quem quiser pedir esclarecimentos, pede nos termos da lei. Não pode haver outra coisa, senão estamos nós próprios a desprestigiar as instituições e as suas relações.

Quero por último dizer o seguinte em relação as Srs. deputados.

Penso que todos já compreenderam o esforço enorme que a Câmara Municipal está a fazer, em vários domínios, quero fazer sentir aos Srs. deputados que aquilo que nós estamos a fazer em domínios tão essenciais, no saneamento e nas águas, entre outras coisas, não tem comparação nos últimos anos, por isso se um contabilista qualquer, quiser escrutinar os livros, e perguntar quanto é que nós gastamos e quanto é que nós deixamos de gastar, quanto é que nós poupamos, é livre de o fazer. Agora, o que temos de entender é que a Administração Municipal é uma administração política, a administração municipal tem de dirigir-se aos assuntos essenciais da Cidade, tem de preparar a Cidade para o futuro, não tem de andar sempre a discutir o passado ou o

presente, não, tem é de prepara-se para o futuro, esses são os grandes investimentos que nos cabe fazer.

Já tinha muita saudade de me poder dirigir a todos V. Exas Peço desculpa se fui em demasia utilizador do vosso tempo, mas façam o favor de dispor de mim para o que quiserem fazer o favor de perguntar."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins(BE):

"Não sei se isto conta como ponto um da Ordem de Trabalhos da intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Chamo a atenção na sua função de Presidente da Assembleia, segundo o Regimento da Assembleia Municipal, artigo segundo alínea e) cabe à Câmara apresentar uma intervenção escrita, que dá informação sobre os actos da Câmara. Acontece, que isso não acontece desde Dezembro de 2006, ou seja há mais de um ano, e diz o artigo segundo da alínea h), que cabe à Assembleia apreciar a recusa por acção ou omissão de quaisquer informações ou documentos, por parte da Câmara Municipal e dos seu membros que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização.

Portanto, esta Assembleia é obrigada nos termos do Regimento, a apreciar de facto, do Sr. Presidente da Câmara não ter apresentado, desde Dezembro de 2006, a informação a que é obrigado por lei. Acaba de dizer o Sr. Presidente da Câmara, que age perante esta Assembleia no cumprimento dos parâmetros da lei. Não o faz. Como não o faz, por exemplo, responder sistematicamente aos requerimentos dos membros da Assembleia, a que também é obrigado por lei. Como não o faz, por exemplo, não apresentando o relatório relativo ao cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição que deveria também ter sido apresentado agora. Portanto, uma vez que estamos no ponto um da ordem do dia, suponho eu, que caberia agora, a esta Assembleia fazer a apreciação a que é obrigado pela alínea h) do artigo segundo."

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal

"Só quero dizer o seguinte:

Eu, entendo que devo dar o privilégio sempre aos membros da Assembleia falarem primeiro do que eu, e fazerem as perguntas que quiserem, e depois falar no fim. O que fiz foi responder, simplesmente."

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal

"O Regimento, como sabem estipula 60 minutos. E nós temos feito mais, pelo que tenho sido acusado disso, mas a democracia é assim. Imagino que os pontos não sejam demasiado polémicos, é apenas uma ideia pessoal, portanto hoje houve esse tempo e essa possibilidade."

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

"Só um pequeno esclarecimento, se percebi bem, o Sr. Presidente diz que respondeu a todas as questões, peço, desculpa deveria ter posto o símbolo de interrogação. Eu coloquei-lhe três questões, que o Sr. Presidente não respondeu, gostaria apenas que dissesse que não queria responder.

Pedi-lhe esse esclarecimento por questão de delicadeza com as pessoas.

Penso que o Sr. Presidente não tem nenhum problema auditivo, e penso também que o Sr. Presidente não é mal-educado, portanto se lhe estou a fazer uma pergunta, acho que ele poderá dizer sim ou não.

Quero que se registre em acta que o Sr. Presidente da Câmara não só responde aos deputados municipais como nos trata perfeitamente lixo desperdiçáveis, afinal o que é que vínhamos aqui fazer, levantar os braços, só quando lhe convém obviamente.

Terminado o debate, o Presidente da Assembleia colocou à votação as moções e os requerimentos apresentados à Mesa.

Primeiramente foi colocado à votação o requerimento do Partido Socialista sobre a marcação de uma Assembleia extraordinária para discutir a Dívida da Câmara.

Após alguma controvérsia sobre este assunto procedeu-se à votação, tendo obtido o seguinte resultado:

Reprovado, com 27 votos contra, 18 votos a favor e 11 abstenções.

Declaração de voto Carlos Cidade

"Foi uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, uma proposta que tinha por objectivo de esclarecer cabalmente com tempo para discussão, os problemas da situação financeira que a própria Câmara tem vindo a tornar público, que não é evidente, e é só esse o sentido.

O resultado que tiramos desta votação é que tem receio de discutir esta questão essencial para o futuro da Câmara Municipal de Coimbra."

Declaração de voto Manuela Rodrigues

"A questão fundamental, é que abstive-me porque acho que a questão fundamental não é fazer mais uma reunião, mas que é fundamental que as questões das Contas da Câmara seja mais claras do que é que são é absolutamente evidente. Que a Câmara tem feito uma política de opacidade relativamente à questão financeira tem. Acho que era bom, já que não é numa reunião extraordinária, então que estas situações fiquem suficientemente claras."

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo Grupo Municipal da "Coligação" sobre a co-incineração, com proposta de sugestão de alteração apresentada pelo Grupo Municipal da CDU:

"No dia 21 de Fevereiro, de 2008, a cimenteira do Centro de Exploração da Cimpor em Souselas, procedeu, em segredo, à co-incineração de resíduos industriais perigosos.

Considerando que:

- a) A opção pela co-incineração sobre releva as vertentes económicas em detrimento das ambientais
- b) Os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos, são elementos fundamentais para a gestão e tratamento dos resíduos industriais perigosos, mas ainda não estão a funcionar;
- c) Existem operadores nacionais disponíveis para procederem à regeneração de RIP, como os óleos lubrificantes, os solventes os diligentes e as lamas, entre outros.
- d) O Governo ao optar pela co-incineração está a interferir e a condicionar o mercado de resíduos, nomeadamente na área da regeneração e da reciclagem;

- e) Segundo a Quercus nenhuma cimenteira está preparada para a co-incineração;
- f) Todo o processo de queima de RIP decorrido em Souselas decorreu em segredo sem qualquer informação às autarquias e sociedade civil,
- g) Não se sabe, oficialmente, a natureza dos resíduos, origem, se existiu tratamento prévio, plano e tipo de monitorização, parâmetros monitorizados, condições de queima e sistemas de protecção ambiental e de saúde pública utilizados;
- h) Continua a não haver condições mínimas de segurança e de salvaguarda da saúde das pessoas

Assembleia Municipal delibera:

- a) Reiterar a sua posição de condenação ao processo de co-incineração;
- b) Solicitar ao Ministério do Ambiente e à Cimpor a paragem imediata do processo de co-incineração.

A Assembleia Municipal deliberou com 38 votos a favor, 12 votos contra e 5 abstenções aprovar esta moção.

Declaração de voto da deputada Maria Reina:

"Abstive-me compreendendo que a CDU, tenha tentado introduzir aqui uma variante, mas vou começar a ler a minha declaração de voto para que fique bem clara.

Eu não quero, e não vou continuar a compactuar com uma política ambiental do faz de conta, que é o que tem o Sr. Presidente da Câmara, e a Câmara Municipal de Coimbra neste momento.

Estas moções e outras medidas, similares que o Sr. tentou explicar, a eficácia das mesmas, mas que não consegui, que não me convenceu vai com isto o Senhor ganhando tempo sobre uma orientação política ambiental que não é a minha porque não sou o faz de conta.

Até porque o Senhor Presidente não teve a coragem de responder aqui, a esta Assembleia Municipal, e perante a Comunicação Social, a um conjunto de questões que lhe foram levantadas na área do ambiente, que passavam e ultrapassavam Souselas. Demonstrando ao que o Sr. tem um desrespeito total pelos membros desta Assembleia Municipal, e pelos munícipes de Coimbra que é grave, ou demonstrando efectivamente o Sr. chamou a si, o Pelouro do Ambiente, mas realmente sobre ambiente não percebe nada, não tem nenhuma noção daquilo que quer para esta Cidade.

Sou munícipe de Coimbra, pago impostos em Coimbra, eu quero qualidade ambiental também para mim e para os meus filhos.

É por isso que não posso compactuar com uma moção que é apenas, para os outros verem Senhor Presidente, lamento profundamente que o Sr. tenha tido aqui uma atitude tão antidemocrática, tão pouco correcta de uma falta de lisura total ao não responder às pessoas.

Inclusive Senhor Presidente, até porque o senhor é homem e eu sou mulher, pelo menos e por isso deveria ter alguma posição de delicadeza, mas não a tem, tal como não tem resposta."

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista:

"Nós votamos contra esta moção, porque como já foi dito nas intervenções, ser extemporânea e fora do tempo.

Estamos num Estado de Direito Democrático os processo têm estado a correr nos Tribunais, os Tribunais tem decidido, e nesse sentido é que votamos contra esta moção, reafirmando a nossa posição de que a monitorização deste processo deveria ter sido desenvolvida e a Câmara deveria ter feito o esforço com a Universidade de Coimbra, para que tivesse intervenção neste processo e é a Universidade de Aveiro, por outro lado a questão da saúde pública no caso da monitorização vier a considerar isso, obviamente que há essas preocupações."

Declaração de voto da deputada Manuela Rodrigues:

... O que acontece é que o Governo, inverteu toda esta lógica, e em vez de criar os CIVER, que é da sua responsabilidade não o fez e está a pactuar com uma situação de ausência de estudo de impacto ambiental e de ocultação das populações, relativamente a receios que legitimamente têm. Portanto; o que é fundamental é que qualquer processo de co-incineração só possa ser, realizado depois de esgotada a reutilização e a reciclagem e quando ela fôr realizada seja, depois do estudo de impacto ambiental e devidamente monitorizada a todo tempo e permanentemente acompanhada por todos os cidadãos para que possam ser afastados todos os receios. O que acontece é uma absoluta contradição da parte do Governo relativamente a esta política e um cavalgar de outros receios por outras entidades que estão simplesmente deixar ficar tudo como está para que se continue a aproveitar só os solventes e os óleos que é aquilo que dá dinheiro."

Declaração de voto do Presidente de Junta de Souselas:

"Votei a favor, sempre com principio de defesa e de salvaguarda dos superiores interesses de Coimbra e da Freguesia de Souselas.

Contra a prepotência, arrogância e em perseguição clara a Coimbra.

O grande defensor hoje, aqui na Assembleia Municipal da co-incineração, o Sr. deputado Santarino saiu pianinho discretamente teve uma oportunidade de votar contra, já que defendeu de forma inequívoca segundo ele a co-incineração, afinal quem está sozinho, foi o deputado que saiu."

Presidente da Câmara

"Só quero dar um esclarecimento, que o Sr. Presidente da Junta já o sabe. É bom que a Assembleia Municipal saiba o que se passou, se o Sr. Presidente da Junta se não sabe eu digo-lho, porque veio nos jornais, foi comunicado à Câmara Municipal.

O Sr. Provedor do Ambiente, pediu os esclarecimentos todos que a Câmara Municipal entendeu dever pedir, para o licenciamento dessa actividade."

Moção apresentada pelo Grupo Municipal da "Coligação" sobre o Conservatório de Musica Com alterações

Moção

Considerando:

1. Que depois de anos a trabalhar em instalações degradadas na lata da cidade, o Conservatório funciona actualmente num local totalmente inadequado e sem condições pedagógicas mínimas;

2. Que no cumprimento de um protocolo assinado entre a Direcção Regional de Educação e a Câmara Municipal de Coimbra, foi deliberado um projecto para a construção de um edifício de raiz para o Conservatório de Música e Dança de Coimbra que está pronto a avançar;
3. Que a súbita alteração do modelo deste tipo de escolas de ensino especializado, recentemente anunciada pelo Ministério da Educação, põe em causa esse projecto e arrisca fazer regredir em muitos anos a solução para as instalações do Conservatório de Coimbra;

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 29 de Fevereiro de 2008, deliberou:

1. Apelar a que a nova filosofia anunciada para estas escolas seja profundamente revista, indo ao encontro do que tem afirmado a grande maioria das personalidades conhecedoras da questão (oriundas de todos os quadrantes partidários).
 2. Exigir o início imediato da construção do novo edifício do Conservatório de Música e Dança de Coimbra projectado no âmbito da parceria entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Ministério da Educação, assim dotando a cidade de Coimbra (e a região envolvente) com uma das melhores e mais adequadas instalações Europeias para o ensino especializado da Música e da Dança.
- A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade esta moção.

Intervenção do deputado Pinto Ângelo:

"Naturalmente que estou a abusar, estou a presumir que já foi esgotado o ponto da ordem de trabalho.

Portanto estamos no ponto 1 da ordem de trabalho.

Naturalmente estou a usurpar de uma forma descabida, o uso da palavra do Sr. Presidente, que está obrigado, nos termos regimentais, a não só fazê-lo oralmente se o entender, mas apresentar por escrito, é bom que se lembramos que a deputada Catarina Martins tem toda a razão, quando chama a atenção a esta Assembleia Municipal, especialmente ao Sr. Presidente da Mesa, no incumprimento reiterado de uma obrigação, para não falar de uma obrigatoriedade da Câmara, na pessoa do Sr. Presidente, de apresentar nos termos do artigo 29º, uma informação escrita do Presidente da Câmara. Que deverá ser apreciada a cada uma das sessões ordinárias nos termos do artigo segundo, da competência da Assembleia Municipal uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

A ser cumprido aquilo que reiteradamente tem sido ignorado pelo Sr. Presidente da Câmara, permite-me que lhe chame a atenção por eventual incúria do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, teríamos poupado provavelmente uma hora de debate pouco profícuo, porque estas matérias seriam resolvidas em sede própria que seria este ponto 1 da ordem de trabalho. Mais uma vez Sr. Presidente da Assembleia Municipal terei de lhe chamar a atenção para os poderes que o Sr. detém enquanto responsável máximo pelo órgão fiscalizador da actividade do Executivo para que faça cumprir o executivo na pessoa o Sr. Presidente da obrigatoriedade que tem de prestação da informação escrita das matérias que constam do artigo 29º.

Eventualmente o Sr. deputado Carlos Cidade e o PS, teria a possibilidade naturalmente dentro da sua prerrogativa normal fazer as propostas que entender e que achar produtivas de propôr uma Assembleia Municipal extraordinária para analisar a situação financeira do Município, mas que no mínimo seja cumprido aquilo que nós todos somos obrigados particularmente o Sr. Presidente da Câmara.

Não deixe secundar esta chamada de atenção particularmente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a quem eu reputo de maior responsabilidade nesta matéria. Porque é ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que compete zelar pelo cumprimento da ordem de trabalhos e pela responsabilidade do órgão a quem nos compete fiscalizar. Penso que estamos entendidos e que de hoje uma vez por todas este desrespeito pelos deputados municipais que por omissão se vai sendo reiteradamente efectuado deixe de ser feito."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação minuta da acta da sessão realizada em Outubro último, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tendo em conta qualquer correcção dos membros da Assembleia.

Período da ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al.e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 - Parque Industrial de Taveiro - III fase:

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 11 de Fevereiro corrente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os preços dos lotes, bem como aprovar a III fase do loteamento de Taveiro, a qual foi aprovada por deliberação do Executivo em 22 de Outubro último.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - Concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Prof. Dr. Pedro Dias:

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara datada de 28 de Janeiro último, a Assembleia Municipal deliberou com 2 abstenções aprovar a Concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Prof. Dr. Pedro Dias

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto da deputada Manuela Rodrigues:

"Abstivemo-nos neste ponto porque nos parece que a atribuição de medalhas de ouro da Cidade não podem ser feitas de forma casuística, importa criar, de alguma forma criteriosa essas atribuições.

O que tem acontecido é de uma forma absolutamente casuística e deficientemente fundamentada."

Ponto 4 - Regulamento do Museu Municipal:

Sob proposta da Câmara datada de 28 de Janeiro último a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Regulamento do Museu Municipal.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto da deputada Manuela Rodrigues:

"Uma observação quanto aos preços que estão na última folha, que poderiam eventualmente não fazer parte do regulamento, porque se calhar terão de ser revistos mais vezes do que o próprio regulamento; pela sua agudeza, falta de redondez, merecem algum reparo. O que é que é 50% de 1,59? O preço tem 1,59 com 50% de desconto? É difícil fazer essas contas, penso que é de alguma razoabilidade esses preços serem arredondados nos casos para baixo e outros para cima para serem mais praticáveis."

Ponto 5 - Conselho Municipal de Segurança - alterações ao Regulamento:

Seguidamente foi apresentada a acta da reunião dos representantes da Assembleia Municipal sobre o Conselho Municipal de Segurança, cujo texto se transcreve:

Aos 23 dias do mês de Novembro de 2007, reuniram, no Gabinete de Apoio Administrativo da Assembleia Municipal, pelas 15 horas, os representantes municipais, a fim de analisarem o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Estiveram presentes os seguintes deputados municipais:

Pela Coligação "Por Coimbra"	- António Moisés Geraldês
Pelo Partido Socialista	- António Reis Marques
Pela Coligação Democrática Unitária	- João Pinto Ângelo
Pelo Bloco de Esquerda	- Serafim Duarte.

Atendendo à insegurança que se tem vindo a agravar em Coimbra nestes últimos tempos, os deputados da Assembleia Municipal acima identificados reuniram com o fim de analisar o Regulamento Municipal e indicar outros elementos para a composição do Conselho e a sua implementação.

O deputado Moisés Geraldês apresentou as seguintes propostas:

- O mandato do Conselho Municipal de Segurança deve coincidir com o mandato autárquico.
- O Comandante da Polícia Municipal deve integrar o Conselho de Segurança.
- O número de Presidentes das Juntas de Freguesia deve ser alterado.

O deputado Reis Marques disse que este órgão deve ser independente, estável e não pode ser partidarizado para a sua aceitação como órgão.

O deputado Pinto Ângelo disse que este regulamento está bem feito e com uma participação ampla e concorda com as alterações sugeridas pelo deputado Moisés.

O deputado Serafim disse que os Presidentes de Junta devem estar no Conselho em forças políticas, mas não em representatividade.

Após uma troca de impressões acerca do número de Presidentes de Junta, foi acordado que a Assembleia deveria indicar 6 Presidentes de Junta de Freguesia e a Câmara deveria nomear 3 elementos de reconhecida idoneidade e experiência na área e âmbito do Conselho.

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta."

Posto este assunto à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 6 - Declaração de Interesse Público Municipal - Modernização da Linha do Norte -passagens superiores no concelho de Coimbra:

Sobre o assunto mencionado em epígrafe o Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira de Frades fez a seguinte Intervenção:

"O que me trás aqui hoje, não é estar contra a declaração de interesse público municipal, pelo contrário, mas, no que diz respeito à minha Freguesia há uma construção de uma passagem superior, para o Km 211, 328 da linha do Norte. Sendo que constatei a aprovação do projecto, desta mesma passagem superior em 19/06/2006, estranhei tal, uma vez que o ofício que foi enviado pela Câmara Municipal de Coimbra à Junta de Freguesia de Ribeira de Frades em 18/01/2007 refere o seguinte, (estamos a falar de um projecto aprovado em 19/06/2006, no entanto recebo um ofício em 2007 que me diz):

"Na sequência do envio dos elementos relativos ao Estudo Prévio e da Passagem Superior, para todo tráfego ao Km211+328 da Linha do Norte, remetem-se agora os elementos mais significativos do Projecto de Execução dessa passagem desnivelada, fornecidos pela REFER, EP.

Mais se informa que, no seguimento de contactos anteriores, procurou-se que fosse incluído neste projecto a construção de uma escada apoiada no talude do encontro norte da passagem superior, com ligação a um caminho existente, por forma a conseguir um acesso pedonal mais directo. A REFER coloca como condição para executar esta escada, não ser necessário efectuar expropriações adicionais. Se o caminho fosse público, estaria resolvida a questão...No entanto, de acordo com a informação da Divisão de Informação Geográfica e Solos, o caminho em questão é particular, o que compromete a solução apontada.

Isto é posterior a aprovação do projecto!

Leva a concluir que aquilo que reivindicamos, pelo ofício de 2/09/2005, que enviamos para a Câmara e também para a REFER, não vos maço a ler, outro que enviamos em 26/03/07, em resposta a este ofício que recebemos da Câmara onde dizemos o seguinte:

No nosso ofício 8605 de 2/09/05, sustentamos que não aceitaríamos o encerramento da PE ao Km 211480, senão fosse observado a construção de uma passagem inferior para peões, 1º opções ou em alternativa que fosse prevista a execução de acesso por rampa, ao tabuleiro superior da passagem superior prevista 2º opção, que permitisse o atravessamento pedonal dos actuais utilizadores, da PN em questão.

Não aceitamos de modo nenhum que se ponha em causa a segurança e também a qualidade de vida actual das populações, quando conforme nos é informado, a REFER impõe? Como condição a executar o acesso por escadas? Que não seja necessário efectuar expropriações. Estamos a ver pessoas com 80 anos, a subir as escadas para uma plataforma de 10 metros de altura.

Contactados os proprietários confinantes com o caminho particular existente, constatei que o mesmo se encontra na sua totalidade, inserido no terreno pertencente ao Sr. Eng.º José Santos Cabral, residente em Lisboa, consegui os dados todos e informei a Câmara e a REFER, o qual não se encontra disponível para qualquer tipo de cedência gratuita do terreno.

Por outro lado, o Sr. Dr. Manuel Carvalho Parente, residente em Coimbra, confinante a Sul do referido caminho, não põe qualquer entrave, desde que tenha serventia para os seus terrenos.

Logo entendemos que a REFER terá de resolver esta situação, ultrapassando as questões existentes, sendo certo que não deverão entrar em obra sem este caso estar decidido.

Assim reiteramos o proposto no nosso ofício 86/05 que enviámos ao Sr. Eng.º João Rebelo, Vereador do DOGIM da Câmara Municipal de Coimbra e também ao Sr. Director do Património Imobiliário da REFER, sendo que a nossa prioridade passará sempre pela construção da passagem inferior pedonal na actual PN ao Km 211.480.

Não ponho sequer em causa a importância da Declaração de Interesse Público Municipal para a modernização da linha do Norte, mas sabendo que a REFER nem sequer deu resposta a qualquer dos ofícios, levanta-me muita dúvida que queiram construir a passagem inferior para peões ou o acesso por rampa para peões.

Nós, não abdicaremos desta situação, porque a passagem nível existente neste momento, (Quando se está a falar alguma coisa importante, há sempre alguém que tem de vir falar com o Sr. Presidente da Câmara, e depois não se tomam nota dos assuntos importantíssimos), porque há pessoas com 70 e 80 anos, que são obrigados a dar uma volta de 1,8Km, pergunto se isto é normal?

Quando neste momento temos um pavilhão desportivo, onde as crianças vão praticar desporto se tem de dar uma volta a pé de 1,8Km? Quando neste momento estão a 100m ou 200m.

Quando as pessoas que residem na Orvieira para se deslocarem ao Centro de Saúde têm de andar 1,8Km quando neste momento se podem deslocar a 110m."

Intervenção do vereador João Rebelo:

"Obviamente que este processo merece e deve merecer toda a atenção, não só da Junta, da Câmara, aliás a questão alarga-se a outras passagens de nível e outras Juntas de Freguesia.

Portanto o que diria é o seguinte:

Acho que isto obviamente tem de manter todo o nosso acompanhamento com toda a nossa atenção, eu já tinha falado com dois Presidentes de Junta da parte Norte, onde havia algumas questões para verificar, de recapitularmos e fazermos a avaliação disso. O que posso aqui prometer é que vamos fazer também para as outras em conjunto, e vamos ter que manter esse acompanhamento como temos vindo a fazer.

Temos vindo a sempre a dialogar em conjunto sobre isso, que a posição da Câmara centra-se muito na posição das Juntas, naturalmente."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara datada de 27 de Dezembro último, por unanimidade emitir parecer favorável ao processo de Reconhecimento de Interesse Público, no âmbito da REN, actualmente em curso junto da CCDR Centro, de acordo com o disposto na alínea a) do nº2 do artº 4º do Decreto-Lei nº39/90, de 19 de Março, com a redacção actual dada pelo Decreto-Lei nº180/2006, de 6 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação nº76/2006, de 6 de Novembro para os seguintes projectos:

- Passagem Superior para Todo o Tráfego ao Km 209+342
- Passagem Superior para Todo o Tráfego ao Km 210+256
- Passagem Superior para Todo o Tráfego ao Km 211+328
- Passagem Superior para Todo o Tráfego ao Km 223+439
- Passagem Superior para Todo o Tráfego ao Km 225+333
- Passagem Inferior para Tráfego Ligeiro ao Km 225+535.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 7 - Comissão Arbitral Municipal de Coimbra – Relatório:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra submetido também ao conhecimento da Câmara em 11 de Fevereiro último.

Ponto 8-Definição do domínio público e privado do Município no Pólo I e Pólo III da Universidade de Coimbra:

Para este assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a deliberação tomada pela Câmara em 25 de Fevereiro que a seguir se transcreve:

“Com o projecto de reconstrução das instalações universitários no actual Pólo I da Cidade Universitária foram demolidos a partir dos anos 40 do século passado mais de duas centenas de prédios da Alta. Com a reconstrução houve domínios públicos – ruas e praças – ocupados com as novas construções Universitárias e outros espaços do domínio privado, entretanto expropriados, deram origem a novas ruas e praças.

Em várias reuniões havidas entre o Município, representado pelo Exmº. Sr. Vice-Presidente e a Universidade de Coimbra, representada pelo Exm- Sr. Reitor, foram estabelecidas diversas regras tendentes a um acordo no sentido da definição clara dos espaços do domínio público municipal e sua gestão, para as áreas do Pólo I e Pólo III da Universidade de Coimbra.

A) Polo I

Foi possível elaborar a Planta Cadastral para o Acordo de Delimitação (Anexo PI-1-) onde são definidos os espaços do domínio público municipal, do domínio privado do Município de Coimbra e do domínio privado da Universidade de Coimbra, no interior do polígono de delimitação da área do Plano de Pormenor da Alta Universitária.

Complementarmente foram definidos em planta (Anexo PI-2) os espaços do domínio privado do Município abaixo do solo entre as cotas 99,30 e 88,70, sob o espaço público Praça D. Dinis e os espaços privados da Universidade com o

ónus de utilização pública, localizados a cota térrea, sob o espaço privado, edifício de Física e Química.

B) Pólo III

Paralelamente foi possível elaborar a Planta Cadastral para o Acordo de Delimitação (Anexo PIII-1) onde ficam definidos os limites das áreas pertencentes ao domínio privado do Município de Coimbra e as áreas pertencentes ao domínio privado da Universidade de Coimbra, após a realização da permuta da área B pertencente ao Município pela área A pertencente à Universidade de Coimbra. O efectivo registo predial destes domínios efectuar-se-à após escritura de permuta destas áreas.

Também aqui, complementarmente, foram delimitadas em planta (Anexo PIII-2) as áreas de espaço privado da Universidade com ónus de utilização pública e espaço privado, entre cotas definidas, sob espaço privado da Universidade com ónus de utilização pública.

Proposta

Propõe-se a aprovação do presente Acordo de Delimitação que define para as áreas do Pólo I e Pólo III da Universidade de Coimbra:

- o domínio público municipal,
- o domínio privado do Município de Coimbra,
- o domínio privado da Universidade de Coimbra,

Constantes das peças desenhadas em Anexo e que fazem parte integrante do presente Acordo:

PI-1 e PI-2, referentes ao Pólo I

PIII-1 e PIII-2, referentes ao Pólo III

Este acordo deverá merecer aprovação da

- Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Coimbra
- Universidade de Coimbra”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9-Cedência de uma parcela de terreno destinada a equipamento à Sol-Eiras – Associação de Solidariedade e Cultural:

Sob proposta da Câmara datada de 25 de Fevereiro último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície de um prédio à Sol-Eiras – Associação de Solidariedade e Cultural, nas seguintes condições:

-Prédio urbano, situada em Murtal, com a área de 3.114,00 m², parcela de terreno destinada a equipamento social, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 2562/20052004, Freguesia de Eiras, a confrontar do Norte e Nascente com caminho, do Sul e Poente com Sílvio Rosa Santos e Ricardo Lopes;

-O direito de superfície é pelo prazo de quarenta anos, renovável por períodos de vinte anos a pedido da Associação e após aprovação da Câmara;

O objecto é a construção de um equipamento destinado a fins sociais-Centro Intergeracional;

A obra terá de ser iniciada no prazo de dois anos após a aprovação do projecto de arquitectura a ser elaborado por técnicos que reúnam as condições legais para o efeito e a ser presente aos competentes Serviços no prazo de um ano, contado a partir da data de celebração da escritura de cedência;

A obra, incluindo todos os seus arranjos exteriores, terá de estar concluída no prazo máximo de cinco anos após o seu licenciamento;

O prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se não forem cumpridos os prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente no estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 10-Cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno à Associação Ornitológica:

Para este processo e sob proposta da Câmara datada de vinte e cinco de Fevereiro, foi deliberado, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície de um prédio à Associação Ornitológica de Coimbra, nas seguintes condições:

-Prédio urbano, situada em Travessa dos Martas, com a área de 938,70 m², parcela de terreno destinada a construção urbana, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 462, Freguesia de Santa Clara, artigo matricial n.º 2816, a confrontar do Norte com Lote 3, do Sul com Herdeiros de João Fernandes Neto, de Nascente com Herdeiros de João Fernandes Neto e Herdeiros de Augusto Marta e de Poente com Lotes 1 e 2.

-O direito de superfície é pelo prazo de dez anos, renovável por períodos de dez anos a pedido da Associação Ornitológica de Coimbra e após aprovação da Câmara;

O objecto é a construção de um equipamento destinado a fins associativos compreendendo as valências – Cultural, Desportiva e Recreativa;

A obra terá de ser iniciada no prazo de dois anos após a celebração da escritura de cedência de acordo com um projecto de arquitectura elaborado por técnico credenciado;

A obra, incluindo todos os seus arranjos exteriores, terá de estar concluída no prazo máximo de três anos após o seu licenciamento;

O prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, se não forem cumpridos os prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente no estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Ponto 11-Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno em Cernache:

Sob proposta do Executivo Municipal datada de vinte e cinco de Fevereiro do corrente ano, a Assembleia Municipal de Coimbra aprovou por unanimidade, a desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno destinada a construção, situada em Chãs, Vila Pouca de Cernache, freguesia de Cernache, com a área de 690,00 m², confrontando de Norte e Poente com Marco Dinis Galvão Fernandes, de Sul e Nascente com terrenos agrícolas, e do Poente com Orlando Azevedo de Carvalho.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12-Águas Mondego.SA:

"Empreitada de execução do Sistema Adutor da Boavista - sector sul" - declaração de interesse público:

Para este processo, foi deliberado emitir parecer favorável ao processo de Reconhecimento de Interesse Municipal, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego/Bairrada - Empreitada de Execução do Sistema Adutor da Boavista - Sector Sul, para efeitos de instrução do processo de licenciamento junto da CCDR Centro - Reconhecimento de Interesse Público para desanexação da área da REN, nos termos do nº3 do artº7º do PDM de Coimbra.

Deliberação tomada com duas abstenções do Bloco de Esquerda e em minuta para efeitos imediatos.

"Empreitada de execução do Complexo da Boavista e Extensão ao sector nascente lote B" - declaração de interesse público:

Relativamente a este processo, foi deliberado emitir parecer favorável ao processo de Reconhecimento de Interesse Municipal, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego/Bairrada - Empreitada de Execução do Complexo da Boavista e Extensão ao Sector Nascente - Lote B - Sector Sul, para efeitos de instrução do processo de licenciamento junto da CCDR Centro - Reconhecimento de Interesse Público para desanexação da área da REN, nos termos do nº3 do artº7º do PDM de Coimbra.

Deliberação tomada com duas abstenções do Bloco de Esquerda e em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto da deputada Manuela Rodrigues:

"Nós abstivemo-nos neste ponto porque na documentação que nos foi remetida, não há qualquer fundamentação para esta deliberação. Inclusivamente no texto que a acompanha, transcreve-se que esta alteração teria de ser justificada por razões de necessidade correntes dos existentes, ou presença de alternativa etc.

Não há nada que fundamenta esta proposta.

Aparentemente não se justifica que votamos contra, mas também não há nenhuma justificação para se votar a favor, por isso os deputados municipais não podem ser tratados desta maneira, que estão aqui para votar o que quer que seja, sem qualquer fundamento."

E sendo 19h30m, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.